

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 – Série VII – N.º 679
30 de Dezembro de 1986
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

Vamos fazer um bom Ano Novo!



**... com outra política
e com outro Governo!**

1986 – um ano de luta • 1987 – um ano de viragem

Editorial

1986 — um ano de luta 1987 — um ano de viragem

Termina um ano, outro vai começar. É altura de balanço.

Altura de deltar contas à vida. De analisarmos o caminho percorrido. De nos situarmos no tempo. De extrairmos da experiência vivida elementares lições para o caminho a percorrer.

São momentos de auto-exame na vida corrente dos cidadãos e da maneira mais exigente, no sentido mais lato dos acontecimentos e perspectivas, na nossa vida colectiva.

Que foi para o nosso povo e o nosso país o ano de 1986 sob o Governo Cavaco/PSD? Que conclusões se podem tirar para 1987?

Há um ano o PSD sob a chefia de Cavaco Silva encetava, com pouco mais de um mês de vigência, os seus primeiros passos como partido governante minoritário.

Não como novato nas andanças do Poder, é bom lembrá-lo. Já o dissemos aqui e é útil repeti-lo: o PSD perfez agora sete anos consecutivos como partido no Governo. Mesmo nos dois de interregno, quando tripulante co-responsável o partilhava com o PS — timoneiro nominal da barca governativa — o PSD foi, no chamado IX Governo Constitucional, o inspirador político-ideológico mais vitalmente interessado no plano contra-revolucionário calendarizado entre os dois em Junho de 83 e interrompido sem apelo nem agravo pelo eclodir da borrasca da ruptura de Julho de 85.

O balanço essencial do PSD como partido no Governo está, pois, feito. É bom lembrá-lo.

Mas que balanço deste primeiro ano do Governo cavaquista minoritário? Que resposta foi dada pelo movimento operário, popular e democrático à sua política? Quais os resultados de um ano de governação? Que lições devem tirar-se?

Na sua comunicação televisiva ao País no 1.º aniversário da tomada de posse do seu Governo minoritário no mês passado, Cavaco Silva com o seu conhecido parcialismo e demagogia, a sua auto-suficiência, a sua visão distorcida das realidades, fez o balanço do seu primeiro ano de acção governativa.

O Primeiro-Ministro pôs todo o ênfase nas «orientações e princípios» que nortearam o seu Governo. Salientou, entre outras «características bem evidenciadas» a da «solidariedade e a justiça social»; e da «promoção do crescimento e da modernização da economia e a correcção dos desequilíbrios regionais»; a da «defesa e promoção do diálogo responsável, da estabilidade e da confiança»; a da «Inovação».

Neste ano de 1986 o Governo minoritário Cavaco Silva/PSD mostrou-se não o da solidariedade e justiça social mas o da guerra de classe contra os trabalhadores e as classes, camadas e sectores sociais intermédios da população; não o do crescimento e modernização da economia e da correcção dos desequilíbrios regionais mas o da gestão atrabiliária dos meios oriundos de uma conjuntura internacional favorável e da acentuação das desigualdades e carências regionais; não o do diálogo responsável, da estabilidade e confiança mas o da confrontação institucional, o da desestabilização generalizada das relações sociais entre os portugueses, não o da inovação mas o da restauração dos monopólios e dos latifúndios do poder económico e político do grande capital monopolista aliado ao imperialismo.

A finalizar a sua tirada do mês passado Cavaco Silva disse em jeito de conclusão fundamental: «é bem sabido que prestamos atenção especial àqueles que dentre nós são os mais desfavorecidos».

A realidade de 1986 mostra que o Governo prestou «atenção especial» não aos mais desfavorecidos mas claramente aos mais favorecidos detentores privados dos meios de produção portugueses e estrangeiros.

Problemas candentes como os do poder de compra dos salários e do seu pagamento efectivo; como os da repartição dos rendimentos do trabalho e da carga dos impostos; como os da garantia de efectividade dos postos de trabalho; como os da atribuição dos benefícios sociais e do cumprimento da legislação laboral, tudo isso foi brutalmente submetido, no decurso deste ano de 86, aos interesses privilegiados de classe dos grandes capitalistas portugueses e estrangeiros.

Os tecnocratas do Governo Cavaco Silva/PSD costumam esgrimir com a «macro-economia», costumam ajustar as «estatísti-

cas» à sua argumentação demagógica de classe. Mas as estatísticas reais falam claro:

Mais de 500 000 desempregados dos quais apenas 17% recebem subsídio de desemprego; mais de 90 000 trabalhadores com salários em atraso num montante de dívidas que ultrapassa os 30 milhões de contos; cerca de 600 000 trabalhadores com contratos a prazo sempre à mercê do desemprego e outros cerca de 600 000 «activos» na chamada «economia paralela»; centenas de milhares labutando em condições precárias, no trabalho selvagem sem quaisquer garantias sociais; milhares de crianças empregadas a 3, 4 até 7 contos ao mês submetidas a uma exploração ilegal e desumana — eis a realidade do mundo laboral neste fim de 1986.

O Primeiro-Ministro afirmou que no ano ainda em curso o emprego subiu em 0,1% mas ocultou que tal ridículo aumento, aliás de duvidosa credibilidade, se ficou a dever precisamente ao alastramento do trabalho precário, selvagem e infantil.

As «estatísticas» do Ministério do Trabalho referem uma drástica diminuição do número de trabalhadores e empresas com salários em atraso mas o ministro Mira Amaral silencia o facto de isso se ter ficado a dever ao encerramento e à falência de centenas de empresas, e à inscrição no rol dos desempregados sem que tivessem sido pagas as dívidas dos salários em atraso, de milhares de trabalhadores.

Só em Lisboa tinham falido em 1986 até ao mês de Agosto mais de 70 empresas com salários em atraso e mais de 3700 trabalhadores naquelas condições foram inscritos no desemprego.

É significativo que num centro de forte concentração industrial como Almada existissem ainda no último mês de Novembro 5663 trabalhadores de 10 empresas com retribuições em dívida no montante superior a 9 milhões e 100 mil contos.

Estes são exemplos de um quadro generalizado a todo o País extraídos da realidade de um ano de gestão do Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD.

Já no fechar do ano é indicativo da «solidariedade e justiça social» do Governo o novo agravamento da dramática situação dos trabalhadores da MDF do Tramagal e do Porto atirados em novas centenas para o desemprego e novas ameaças de encerramento.

A injusta repartição dos rendimentos do trabalho e da carga fiscal sobre os trabalhadores, denunciada pelo movimento sindical unitário, foi levada pelo Governo minoritário à Assembleia da República, onde sofreu importantes alterações introduzidas pela oposição democrática maioritária.

Por proposta do Governo a diferença crescente entre os salários e outras remunerações do trabalho (em que se incluem as dos quadros e gestores das empresas) e a dos lucros e outros rendimentos dos proprietários e capitalistas, aumentaria em 122 milhões de contos em Dezembro em 1985 para 500 milhões em Dezembro de 1987, o agravamento do imposto profissional passaria de 79,5 milhões de contos em 1986 para 90 milhões em 1987 enquanto o imposto de capitais sofreria uma redução de 92,5 milhões para 81,5 milhões de contos, sem falar do peso dos impostos indirectos que subiram de 136 milhões para 150 milhões de contos!

Impõe-se que seja dito que a guerra de classe movida pelo Governo Cavaco/PSD contra os trabalhadores, o agravamento (de facto) das suas condições de trabalho e de vida, não são um fenómeno conjuntural e fortuito. É uma ofensiva deliberada conexas com a da rápida reprivatização do sector público e empresarial do Estado, a destruição da Reforma Agrária, a entrega de novo aos monopolistas portugueses e estrangeiros dos sectores básicos e mais rendosos da economia nacional.

A chamada «flexibilização do mercado da mão-de-obra», «das leis do trabalho», o acerto destas leis pelas «normas comunitárias», insistentemente reclamado pelo Governo Cavaco/PSD, outro objectivo não têm senão colocar os trabalhadores à inteira mercê do grande patronato português e estrangeiro.

O Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD pretende desde já e no prazo mais curto possível garantir as mais favoráveis condições ao processo de acumulação do capital nessa perspectiva da reprivatização dos sectores básicos nacionalizados da economia portuguesa.

Como é sabido, o aumento da exploração da mão-de-obra dos trabalhadores é a fonte mais directa do crescimento da massa de mais-valia e, por conseguinte, do fundo de acumulação de capital na posse dos grandes detentores dos meios de produção.

É também a base da concentração do capital, isto é, o seu aumento através da capitalização da mais-valia, e a da centralização do capital, isto é, a sua concentração num número cada vez mais reduzido de grandes capitalistas.

Sobre os agricultores que trabalham a terra, proprietários e rendeiros, e sobre os pequenos e médios empresários da indústria, do comércio e dos serviços, submetidos desde há 10 anos a uma política de hostilidade aberta ou solapada aos seus interesses, a adesão à CEE em 1 de Janeiro de 1986 têm agravado a ofensiva para o seu esbulhamento e o seu estrangulamento social e financeiro sob pressão dos grandes monopolistas eurocentrais.

A «promoção do crescimento e modernização da economia» proclamada como «princípio bem evidenciado» pelo PM, significa na prática a expulsão de milhares de agricultores das terras que cultivam, a destruição das suas produções tradicionais, uma «reconversão» que significa já, neste final de 1986, a sua eliminação como classe, a desapareição de milhares de empresas, a ruína, a falência e a miséria dos pequenos e médios produtores.

Sob pressão dos grandes produtores de produtos agrícolas «excedentários» no Mercado Comum os agricultores portugueses são pressionados para o arranque dos vinhedos, para a drástica baixa da produção de produtos de que somos largamente deficitários como a carne, o leite, as gorduras, os produtos lácteos.

A miragem dos Fundos da CEE está a dissipar-se nas infundadas esperanças de milhares de pequenos e médios agricultores em consequência da crise financeira da Comunidade, do agravamento das contradições e rivalidades e interesses entre os grandes grupos dominantes que se recusam a subsidiar economias frágeis como a de Portugal.

O que se acaba de passar com a destruição de 100 000 toneladas de tomate, com a invasão em massa de produtos agrícolas «excedentários» da Europa dos monopólios, com a limitação dos planos da produção da beterraba açucareira em 60 000 toneladas — além disso a serem transformadas em Espanha — quando necessitaríamos produzir 300 000 para as nossas necessidades de produção de açúcar — são o resultado da servil submissão do Governo Cavaco/PSD às imposições da CEE.

Os projectos de novas leis do arrendamento rural, do emparcelamento e dos baldios provocam a profunda inquietação e descontentamento no agro português que labora a terra. Lutas importantes foram travadas.

Os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes interrogam-se com preocupação sobre a política agrícola do Governo actual ao cabo do seu primeiro ano de vigência.

No plano económico os encomiásticos auto-elogios do PM não têm relação com as situações reais. O Governo minoritário Cavaco/PSD não soube aproveitar as excepcionais facilidades da conjuntura externa para relançar a economia e aumentar os investimentos sociais em real benefício dos «mais desfavorecidos».

Os excedentes financeiros não ficaram a dever-se à boa gestão e aos méritos «macro-económicos» de Cavaco, Cadilhe & C.ª mas pura e simplesmente às verbas economizadas no petróleo, nos cereais, oleaginosas, no algodão e noutras matérias-primas importadas de que somos fortemente dependentes.

A queda dos preços do petróleo permitiu ao Estado português nos primeiros nove meses de 1986 uma economia de 84 milhões de contos, a dos cereais mais de 18 milhões, a das oleaginosas mais de 34,4% do seu valor, do algodão mais 21,7%.

É positivo que tenha sido aproveitada a quebra das cotações do dólar para amortizar antecipadamente em 295 milhões de dólares (cerca de 42,2 milhões de contos) a Dívida Externa que, apesar de uma redução em Agosto de 602 milhões de contos, era ainda em fins de Outubro no montante de 16 277 milhões de dólares, mas isso não redundou em qualquer aumento do investimento produtivo.

A nossa Balança Comercial com a CEE passou de um saldo positivo de 1,8 milhões de contos em 1985 para um défice de 52

Resumo

22

Segunda-feira



A Assembleia da República aprova, com os votos do PS, PRD, PCP, MDP e a deputada de «Os Verdes», uma lei sobre o licenciamento de rádios locais; contrariando as pretensões dos partidos da direita, a nova lei confere ao Conselho da Rádio e não ao Governo a competência de decidir sobre alvarás; a AR inflige ainda outra derrota ao Governo de Cavaco Silva ao suspender o decreto que transformava a União de Bancos Portugueses (UBP) em SARL, remetendo-o à comissão especializada para lhe serem introduzidas alterações no prazo de 45 dias ■ No final de uma reunião do Conselho Nacional, o partido «Os Verdes» anuncia, através da sua deputada Maria Santos, que defende a proclamação de 1987 como Ano Europeu do Ambiente ■ A 1.ª Assembleia Distrital do PCP de Coimbra considera lamentável que o distrito tenha sido tão prejudicado no Orçamento de Estado ■ O jornal «New York Times» afirma que muito do que está a acontecer nos EUA em torno do caso «Irangate» pode ser explicado pela circunstância de «a actuação do presidente ser condicionada pelos processos de envelhecimento do seu organismo»; o comentarista, James Reston de seu nome, citando informações médicas em seu poder, vai ao ponto de admitir que Ronald Reagan poderá nem sequer ter «compreendido», ou então poderá ter-se «esquecido» do que fez ao tomar as decisões principais sobre a operação de venda de armas ao Irão ■ Numa entrevista concedida à «CBS», o norte-americano Samuel Hall, detido na Nicarágua por espionagem, reconhece pertencer a um grupo paramilitar criado pelo Pentágono destinado a efectuar acções de sabotagem fora dos EUA.

23

Terça-feira

O Governo pressiona o Presidente da República para que não promulgue a lei de licenciamento de novas estações emissoras de rádio, ontem aprovada pela Assembleia da República, argumentando, pela voz do ministro-adjunto Fernando Nogueira, que o «mal feito» ainda pode ser «corrigido»; sublinhe-se que o «mal feito» é uma decisão legislativa da exclusiva responsabilidade da AR ■ O PRD/Madeira acusa o Governo de Cavaco Silva de esconder da Assembleia da República a realidade do «deslabro financeiro e caos» em que estão as finanças da Região Autónoma da Madeira ■ Em carta endereçada à Alta Autoridade Contra a Corrupção, uma designada Comissão de Defesa dos Funcionários da Câmara Municipal do Porto acusa o actual presidente do município, Fernando Amaral, de procedimentos ilegais, nomeadamente o pagamento ilegal à sua mulher de 65 contos mensais por um cargo (de

«adjunta»...) que não está previsto na lei ■ A agência ANGOP anuncia que as FA-PLA rechaçaram na quinta-feira passada tropas mistas da África do Sul e da Unita na estrada Xangongo-Mongua, na província do Cunene ■ O avião experimental norte-americano «Voyager» completa com êxito a sua histórica viagem de volta ao mundo sem reabastecimento nem escalas, completando um voo de 216 horas seguidas.

24

Quarta-feira

As cooperativas leiteiras acusam o Governo de Cavaco Silva de acelerar de tal modo a adaptação do sector às regras da CEE, que poderá conduzir à falência e à ruína mais de metade dos produtores de leite ■ Chegam a Lisboa, vindos do Maputo, os 39 residentes em Moçambique raptados pelos bandos terroristas da Renamo; o grupo é constituído por 35 portugueses e quatro mulheres moçambicanas ■ A greve dos ferroviários e dos funcionários dos transportes marítimos franceses tem novas adesões, quando se começa o 5.º dia da luta por aumentos salariais e melhores condições de trabalho ■ Três negros sul-africanos são assassinados pela polícia racista de Pretória no bairro negro de Mzanani, 250 km a Este de Port Elizabeth ■ Novos dados no escândalo que envolve a administração Reagan sobre a venda de armas ao Irão: segundo o «New York Times» o director da CIA, William Casey, classificou, em 1985, num memorando, a venda de armas ao Irão como uma troca pelos reféns norte-americanos no Líbano e onde se deixava expresso que tal venda de armas contradizia a política oficial e pública da administração dos EUA.

25

Quinta-feira

Segundo o «O Comércio do Porto», as investigações ao presumível envolvimento de agentes da PJ portuense em casos de corrupção podem estar a sofrer entraves ■ Estudantes do ensino superior adiam a greve marcada para 15 de Janeiro, considerando que «ao obter a garantia ministerial de que a lei contestada não seria aplicada, o movimento estudantil conseguiu o que queria» ■ Cooperativas leiteiras contestam portaria governamental que fixa novos preços do leite ao consumidor e à indústria ■ A vila de Condeixa assinala o fim do Ano Internacional da Paz iluminando as janelas na noite de consoada ■ Desastre aéreo na Arábia Saudita faz 63 mortos ■ As comemorações do Natal no Brasil levaram à morte de 20 pessoas, considerando a polícia federal que este foi um dos natais mais tranquilos dos últimos anos ■ Numa reunião de quadros de ministérios e departamentos da URSS Mikhail Gorbatchov destaca os «avanços positivos» como resultado da reforma económica, salientando que para 1987 «temos muito trabalho pela frente».

26

Sexta-feira

«o diário» confirma «sem reservas» que aviões envolvidos no Irangate estive-

ram em Lisboa em Maio, pelo menos; também o aeroporto de Santa Maria foi incluído nos planos de voo dos cargueiros americanos ■ Ramalho Eanes afirma a «O jornal» que o PRD se assume como oposição consciente, clara e sem equívocos ao Governo do PSD/Cavaco Silva ■ As importações de petróleo nos primeiros nove meses deste ano custaram menos 9 milhões de contos por mês que em igual período de 1985 ■ A televisão de Pequim anuncia a proibição de manifestações não autorizadas na capital chinesa ■ Prossegue a greve nos caminhos de ferro franceses, com o movimento reduzido em 75 por cento ■ Ronald Reagan nomeia um assessor especial para coordenar a resposta da Casa Branca às investigações do Irangate.

27

Sábado

As trocas comerciais de Portugal com a CEE nos primeiros nove meses de 1986 são-nos desfavoráveis em 52 milhões de contos; no ano passado, em igual período, o saldo era positivo e de 1,8 milhões de contos ■ O Presidente da República chega à Madeira em visita particular ■ Trabalhadores de limpeza da CM de Lisboa suspendem greve à recolha de lixo, após a apresentação pela Câmara de uma proposta considerada «uma grande vitória» da sua luta ■ Segundo informações do Banco de Portugal cada português devia 250 contos ao estrangeiro em Outubro ■ O presidente do Congresso Legislativo das Honduras diz ao diário «La Prensa» que é necessário preparar o povo e o exército para uma «inevitável guerra» com a Nicarágua ■ O atleta Carlos Capitulo morre num acidente de viação perto de Barcelona.

28

Domingo

O relator da comissão parlamentar que elaborou a versão da Lei de Licenciamento da Radiodifusão afirma que o Secretário de Estado Marques Mendes admitira anteriormente a revogação da utilização de frequências concedidas a título precário à RDP e à Rádio Renascença ■ Emigrantes socialistas e comunistas na RFA tornam público um abaixo-assinado conjunto contra o encerramento do consulado de Osnabruck ■ Eurico de Melo afirma em Braga que é uma «ilusão» pensar que o general Ramalho Eanes vai mudar o PRD ■ Alarga-se à marinha mercante uma greves dos trabalhadores dos cami-



nhos-de-ferro franceses mantida há 11 dias pelo aumento dos salários ■ Fidel Castro é reeleito presidente do Conselho de Estado de Cuba por mais um período de cinco anos.

milhões neste final de 86. Importámos mais 20 milhões de Espanha, mais 27,5 milhões de Itália, mais 15,5 milhões da RFA.

O vendaval da CEE varre a nossa economia. Cada vez mais se confirma que a adesão de Portugal foi mais uma operação política contra o 25 de Abril que uma determinante económica.

É significativo que o ex-secretário-geral do CDS, Lucas Pires, tenha escrito que o «Acto Único Europeu — que cria em 1992 o mercado europeu sem fronteiras há-de influir necessariamente nas nossas reformas estruturais» (leia-se a destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária).

Cavaco arrota postas de pescada com a baixa da taxa de inflação e as previsões de continuarem a baixar, mesmo assim numa proporção inferior à dos restantes países da CEE com excepção da Grécia.

É um facto, mas não por mérito do Governo. Técnicos insuspeitos dão como responsável pela queda de 80% na taxa de inflação os benefícios da queda da factura do petróleo.

Melhorou o défice da nossa Balança Comercial mas é significativo que o aumento da liquidez que está na base do relativo aumento das importações se tenha traduzido em termos de consumo não na compra de bens de equipamento e de tecnologia mas na de automóveis (+38,1%), electrodomésticos, (+29,1%), de peixe — num país com uma larga fronteira marítima e uma vasta Zona Económica Exclusiva com enormes recursos piscícolas (+17,4%).

O Governo minoritário Cavaco/PSD recheado de tecnocratas, mostrou-se neste ano de 1986 de uma confrangedora incompetência técnica para uma aplicação criteriosa em benefício da economia nacional dos recursos oriundos da conjuntura Internacional favorável.

A resposta do movimento operário, popular e democrático tem permitido alcançar importantes vitórias no plano político e social, tem constituído um factor de aproximação e de viabilização de uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual, tem minado a base social e política da equipa governante. É um dado positivo do balanço político de 1986.

Greves, concentrações, manifestações e desfiles, cortes de estradas e vias férreas (principalmente no Norte e Centro do País), vigílias e outras acções no plano nacional pontuaram 1986, fizeram dele um ano singular de lutas do povo e das forças democráticas.

Operários industriais, trabalhadores da Reforma Agrária, agricultores, bancários, médicos, estudantes, professores, reformados, jovens de ambos os sexos deram no decurso do ano valiosos exemplos de luta.

Nas acções de massas como no plano institucional o Governo minoritário de direita tem colhido concludentes derrotas.

Furioso com as derrotas sofridas no terreno parlamentar Cavaco Silva e o seu Governo entram em aberta confrontação com a Assembleia da República; recusam-se a executar as decisões constitucionais deste órgão de soberania, desafiam com arrogância as instituições democráticas, recusam-se a cumprir os despachos do STA favoráveis às UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária.

Na insistência de levar à prática os planos governamentais rejeitados na AR, como no caso das Grandes Opções do Plano e das alterações introduzidas no OE pela oposição democrática maioritária, na derrota da lei da Rádio que o Governo quer transformar insensatamente num conflito com a Igreja, que está a ser arrastada para um contencioso artificial e injustificado com as forças democráticas — a equipa cavaquista esforça-se por antecipar as eleições legislativas segurando as alavancas do Governo, desenvolvendo uma ampla campanha demagógica.

Neste furioso empenhamento acentua-se a fragilidade do Governo, fortalece-se a oposição democrática, maioritária, abrem-se novas condições favoráveis a uma alternativa democrática.

Se o conjunto dos partidos da oposição democrática maioritária souber fazer uma leitura correcta da situação actual, se daí souber tirar conclusões atinentes, o ano de 1987 poderá trazer a necessária viragem política que o País necessita e que a defesa do regime democrático e do 25 de Abril coloca com força na ordem do dia.

Avante!
Proletários de todos os países — UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes —
1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
— 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heeka
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Novembro: 30 825

Jornada nacional de luta em 31 de Janeiro

Combater o desemprego em 87 — primeira prioridade do movimento sindical

O Plenário da CGTP-IN aprovou a realização de uma jornada nacional de luta em 31 de Janeiro próximo. Aquele órgão da Central, que salientou ser «forçoso que se registem avanços significativos» para viabilizar uma «alternativa a esta política e a este Governo», colocou o direito ao trabalho à cabeça dos quatro objectivos das «acções de massas a nível nacional no dia 31 de Janeiro». A CGTP divulgava entretanto o seu plano de actividades para 1987, assinalando como prioridade principal o combate ao desemprego.

Os serviços de Imprensa da CGTP destacam que «só no primeiro trimestre de 1987 mais de um milhão de trabalhadores serão abrangidos pela revisão dos contratos colectivos de trabalho».

Um telex emitido no passado dia 19 sobre os trabalhos do Plenário sindical referia entretanto que «as acções de massas a nível nacional no dia 31 de Janeiro» terão como objectivos:

- Pelo direito ao trabalho;
- Pelo direito ao salário e melhores condições de vida;
- Pelo cumprimento da legalidade democrática;
- Por uma nova política e um novo governo.

Segundo o Plenário da CGTP, que aprovou uma resolução político-sindical, «o Governo encontra-se cada vez mais isolado no plano político e social, somando sucessivas derrotas infligidas pela luta dos trabalhadores e pela convergência parlamentar das forças democráticas».

Iniciativas nacionais

O Plenário da CGTP decidiu e calendarizou «diversas iniciativas nacionais» para 1987. Segundo os serviços de Imprensa, essas iniciativas incidem no emprego/desemprego, multinacionais, sector público, direitos dos trabalhadores, medicina no trabalho, segurança social e formação profissional.

• A CGTP-IN divulga o seu plano de actividades para o ano que vem

Ao assinalar como o primeiro dos objectivos da jornada de amanhã a defesa do direito ao trabalho, a Inter afirma que «a acção em torno do combate ao desemprego constitui a prioridade» (...) «a questão principal que se coloca aos trabalhadores por-

tugueses» (...) «o mais grave problema social do País com tendência para se agravar».

O aumento do custo de vida é também incluído entre os mais graves problemas sociais do País. O Plenário da CGTP-IN refere que esses e outros aspectos das condições de vida «não reflectem os benefícios possíveis da favorável conjuntura económica e financeira externa».

O que se verifica, segundo o Plenário da Central unitária dos trabalhadores portugueses, é o «fracasso do prometido relançamento da actividade produtiva e do investimento».

Ao mesmo tempo, vêm à superfície os «efeitos negativos e desastrosos da integração na CEE em vários sectores da economia portuguesa».

Verifica-se hoje «a extensão

da ilegalidade e da corrupção, como práticas quase institucionalizadas».

São necessários avanços significativos

O Plenário da CGTP apelou à intensificação da luta de massas e a avanços significativos das forças democráticas contra esta política e este Governo.

Aquele órgão dirigente da CGTP, que, como se sabe, tem âmbito nacional, registou «um visível crescimento das acções e lutas dos trabalhadores a todos os níveis».

Mas, no sentido da «viabilização duma alternativa a esta política e a este Governo», é «forçoso que se registem avanços significativos da parte das forças democráticas».



A luta de massas, que tem crescido nos últimos tempos, é «um factor insubstituível e decisivo» para derrubar o Governo e mudar de política.

de 14 Uniões e Federações sindicais.

Segundo o plano aprovado pelo Plenário, haverá durante o próximo ano uma mesa-redonda sobre o meio ambiente e um encontro nacional de clubes de empresa.

O Plenário da CGTP, que aprovou o orçamento da Central para 1987 (200 mil contos de receitas e despesas), marcou para o 1.º semestre de 1987 «várias conferências regionais sobre o emprego, um debate público sobre o sector empresarial do Estado (já em Janeiro), uma reunião europeia sobre as multinacionais (Março), um seminário sobre os direitos dos trabalhadores (Março/Abril) e outro sobre medicina no trabalho».

Estão previstos, também segundo o Plenário para o 2.º semestre, encontros nacionais sobre formação profissional e no âmbito da Segurança Social.

Força com a negociação colectiva!

A negociação colectiva assumirá no próximo ano uma importância relevante. A acção reivindicativa ligada à revisão das convenções colectivas de trabalho, por novos salários e garantias, será um dos objectivos principais da acção e da luta sindical.

O Plenário da CGTP chamou a atenção não só para a quantidade de processos de contratação colectiva que vão ser revistos em 1987, mas ainda para o número dos trabalhadores abrangidos» (ver caixa).

No que respeita à negociação das convenções colectivas de trabalho (contratos, acordos, cadernos reivindicativos, portarias regulamentadoras e outros instrumentos) a Inter «apostará na derrota do «acordo» assinado no CPSC (Conselho Permanente de Concertação Social) sobre política salarial para 1987».

Esse acordo, que a CGTP mete significativamente entre aspas, «não contempla qualquer contrapartida para os trabalhadores».

Serve de instrumento para agravar o desequilíbrio na distribuição do rendimento nacional em prejuízo de quem vive dos seus salários.

É, segundo a Inter, «mais uma tentativa de imposição de um tecto salarial nas negociações colectivas».

Negociação colectiva

A CGTP prevê que, no primeiro trimestre de 1987, sejam revistos 34 processos contratuais, envolvendo 1 136 721 trabalhadores; no segundo trimestre 9 processos envolvendo 114 328 trabalhadores; no terceiro trimestre 14 processos envolvendo 281 587 trabalhadores; e no quarto trimestre 9 processos envolvendo 290 761 trabalhadores, havendo a acrescentar ainda a negociação de inúmeros processos reivindicativos a nível de empresa. Ou seja, no próximo ano a luta pela revisão da contratação colectiva envolverá mais de 1 milhão e 800 mil trabalhadores.

Objectivo central e prioritário

Ao desdobrar a luta contra o desemprego e a precariedade do trabalho, a CGTP-IN considera que ela engloba todas as acções e iniciativas por uma política económica que coloque o emprego e a criação de novos postos de trabalho como objectivo central e prioritário; pela promoção do emprego, através do aproveitamento dos recursos existentes a nível nacional, regional e local e da consolidação e estabilidade do Sector Empresarial do Estado e da Reforma Agrária; pela participação dos

trabalhadores e das suas organizações nos planos de reestruturação dos sectores e empresas, na política da formação profissional; contra as implicações negativas das políticas comunitárias (CEE); pela redução da duração do trabalho e, em particular, pela fixação do limite das 40 horas de trabalho semanal; contra todas as formas de emprego precário; contra os salários em atraso; pelo respeito pelos direitos sociais dos trabalhadores; pelo exercício dos direitos individuais e sindicais.

Fidel Castro

Relatório apresentado à VII Cimeira dos Países Não Alinhados



A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL NO MUNDO

AS SUAS REPERCUSSÕES NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS, AS SUAS PERSPECTIVAS SOMBRIAS E AS NECESSIDADES DE LUTAR SE QUEREMOS SOBREVIVER

edições
Avante!



Trabalhadores

Federação da Metalurgia e Minas

O crescer da luta

Reuniu há dias o Conselho Nacional da Federação da Metalurgia e Minas, que condena vigorosamente o aumento de preços dos bens e serviços essenciais decididos pelo Governo Cavaco. A propósito, aquela reunião de dirigentes sindicais «não pode deixar de denunciar a hipocrisia do Governo que, por falta de coragem em assumir a sua verdadeira política (sacrificar os trabalhadores e outras camadas da população), pretendeu, através da Comunicação Social, culpar a Assembleia da República por estes aumentos, escamoteando as derrotas sofridas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento de Estado. A verdade é que foi exactamente por causa da Assembleia da República que o Governo não pôde fazer estes aumentos há mais tempo.»



Na metalurgia e minas, onde a luta cresce, a máscara só é utilizada por razões profissionais. Quando é necessário dizer «basta!» a um Governo a quem já não há demagogia que esconda o perfil de desastrosa incompetência, vai-se de rosto descoberto.

Da análise da situação dos trabalhadores e do sector, feita na reunião, saiu um levantamento de problemas que importa realçar. Assim:

- Prossegue a destruição e falta de aproveitamento do aparelho produtivo instalado, com o encerramento total ou parcial de empresas, consequência da política do actual Governo e da integração de Portugal na CEE, em muitos casos com a cínica apologia de «modernização».

- Aumenta o desemprego como consequência da ofensiva contra o futuro das empresas e dos despedimentos efectuados (sector naval, metalomecânica e

minas) e com a ameaça de muitos mais despedimentos (Siderurgia, etc.).

- Aumenta a insegurança no emprego, com o recurso abusivo e ilegal à contratação a prazo, ao aluguer de mão-de-obra e outras situações ilícitas de subemprego.

- Mantém-se o escândalo dos salários em atraso, prosseguindo a luta pelo pagamento dos salários e a viabilização das empresas (MDF, Secca, Torgas, etc.).

Posto isto, o Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal decidiu, face à situação descrita, exortar os

trabalhadores a prosseguir a luta pelos seguintes objectivos:

- Pela defesa do emprego, contra os despedimentos;
- Pela viabilização e desenvolvimento das empresas;
- Por uma política de desenvolvimento económico independente — pela renegociação dos acordos com a CEE;
- Pela redução da jornada de trabalho para o máximo de 40 horas semanais, contra a intenção do patronato e Governo em aumentar a jornada diária e semanal de trabalho;

- Pelo pagamento dos salários em atraso;

- Contra o aumento do custo de vida. Pela actualização salarial nas empresas e a revisão da contratação colectiva;
- Por uma alternativa democrática ao actual Governo.

Para a concretização destes objectivos, o Conselho Nacional decidiu desenvolver e intensificar as acções de luta nas empresas com vista à sua unificação sectorial, enquadrada nas acções mais gerais do Movimento Sindical Unitário.

Um dia será Natal

Acreditar no Pai Natal e manter a esperança de que o sapatinho na chaminé ainda pode reservar surpresas agradáveis transformou-se num verdadeiro desafio à imaginação, nestes tempos em que o desejo de manter e defender as tradições se vê confrontado com a exiguidade crescente das bolsas de cada um.

As crianças — e é sobretudo por elas, para elas e com elas que os adultos se deixam arrastar na magia do sonho de uma noite diferente e por excelência dedicada à família — tomaram-se com toda a legitimidade de quem vive e cresce numa sociedade de consumo, cada vez mais exigentes. De que serviria de resto inundar o mercado com os mais sofisticados brinquedos que o desenvolvimento tecnológico permite, ou recuperar como uma preciosidade os antigos bonecos de trapo retocados pela moda, se esse não fosse o resultado lógico? Para que serviriam as intensas — e caras — campanhas de publicidade dirigidas às crianças, a que praticamente ninguém escapa, se o desejo de posse não fosse estimulado até à transformação em necessidade, ilusória, é certo, mas nem por isso menos sentida? E como esquecer o peso da tradição que nesta altura do ano faz despertar no mais fundo de cada um essa criança que de uma forma ou de outra todos guardam, ateando o desejo de ao menos uma vez no ano quase a terminar satisfazer aquele sonho sempre adiado pela eterna razão económica?

As montras são um convite, uma tentação. Os olhos param involuntariamente no colorido, na diversidade, nos enfeites festivos, nas novidades. Na cabeça ecoam os sonhos da família, de quem se ama, dos amigos mais íntimos, insistindo na alegria de cada um se recebesse a prenda desejada. No bolso dos que o receberam, o décimo terceiro mês parece ter vida, dividido num mar de contradições, o que tem de ser feito e o que dava vontade de fazer.

Uma camisola para o Inverno, as letras do que se comprou a prestações, as dívidas a pagar nos fornecedores, a despesa quase vazia, o imposto atrasado... quem lhes pode sentir um sabor longínquo que seja a prenda? Dir-se-á que a solução é esquecer os adultos e pensar apenas nas crianças, tornando mais curto o rol de compras a satisfazer. Será? E quando mesmo assim não dá? Quando, como neste ano, o Governo se antecipa ao Pai Natal e nos lança pela chaminé (forma eufemística de dizer pela vida dentro) o «presente» dos aumentos, fazendo encolher as já magras posses, que dose de esperança não é preciso para colocar no lugar do sonho uma vez mais adiado?!

E há ainda os que nem esse pouco têm. Deles deu a televisão uma imagem, breve e crua, não de vontade própria mas pela mão da CGTP-IN: um lar de trabalhadores com salários em atraso, onde crianças e adultos se tiveram — não Natal — mas com que calar a fome, se deveu à solidariedade de quem com eles partilha a dureza da luta, um bem que não conhece natais e no entanto faz um natal diferente todos os dias.

E tantos, tantos outros, como aquela criança que foi refém da Renamo e espantou as câmaras da televisão dizendo a milhões de pessoas que a prenda mais apetecida era um bolo... dizendo sem saber o que milhões de outras como ela sentem: FOME.

Quanta tristeza houve neste Natal entre nós! Que se faça raiva. Que se faça força. Que se faça luta. Que se faça unidade. Dos que têm por si a força da razão contra os que têm a razão da força. Até um dia. Um dia em que haverá Natal para todos.

■ A. F.

Desfile nas ruas de Braga

Integrada na campanha que a União dos Sindicatos de Braga (USB) está a levar a efeito para divulgação das conclusões do seu primeiro Congresso e do caderno reivindicativo aí aprovado, a USB realizou um plenário distrital de delegados, dirigentes sindicais, activistas e trabalhadores de empresas em dificuldades. Este plenário decorreu ao ar livre, na avenida central, junto ao coreto.

No fim do plenário os trabalhadores dirigiram-se em desfile

até ao Governo Civil, onde uma delegação se avistou com o governador, entregando-lhe as conclusões e o caderno reivindicativo aprovado no Congresso da USB e lhe manifestou as preocupações crescentes com a situação social do distrito.

Ainda em desfile, os trabalhadores percorreram a cidade e dirigiram-se à «Bueso», fábrica química, onde a repressão à actividade sindical, a perseguição aos activistas sindicais e a sus-

pensão de um dirigente sindical, membro do conselho distrital da USB, são traços característicos da gestão desta empresa. Os trabalhadores entraram e ocuparam as instalações da empresa, até que 1 hora depois se chegou a acordo quanto a uma reunião na delegação do Ministério do Trabalho, entre a gerência da empresa, a USB e representantes dos trabalhadores, para resolver a situação.

Este desfile, com algumas centenas de participantes, teve

um impacto significativo na cidade. Durante o percurso muita gente se foi juntando, com particular relevo para os trabalhadores reformados. Delegações da Grundig, Chromolit, de empresas têxteis, metalúrgicas, de construção civil e rodoviários estavam representados. Enfeitaram uma árvore de Natal, com as prendas do Governo aos trabalhadores. Também no Governo Civil foram deixados os «presentes» do Governo...

Distrito de Lisboa

Trabalhadores da Administração Local estão hoje em greve

Em defesa do direito à negociação e das leis, os trabalhadores da Administração Local do distrito de Lisboa estão hoje em greve, decretada pela Direcção Regional do STAL.

Salientando que «tudo tem feito para que, por parte do Governo, seja encetado um processo que conduza a negociações sérias para resolução das questões dos trabalhadores que representam», o STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, refere em nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social:

É pois contra os seus desejos que se vê obrigado a agudizar as formas de luta até agora seguidas e convocar uma greve de 24 horas para a região de Lisboa.

Apelamos à população para a compreensão de que este foi o único caminho que o Governo, completamente surdo, nos dei-

xou para defendermos os nossos legítimos interesses.

Só ao Governo devem ser pedidas responsabilidades por esta situação, pois a todas as tentativas levadas a cabo pelos sindicatos, na via do diálogo, o Governo respondeu com o silêncio ou com novas e ainda mais gravosas imposições aos trabalhadores da Administração Local.

Mais adiante, o STAL/Lisboa recorda que o Governo se recusou a negociar:

- A PRC/87 — Matérias salariais, horário de trabalho máximo de 40 horas, legislação sobre higiene e segurança no trabalho, formação profissional e outras;
- Carreiras profissionais, envolvendo segurança de emprego,

actualização de várias carreiras profissionais, etc.

- Impostos: ainda este ano (como de resto nos anteriores) o Governo tenta impor aos trabalhadores da Administração Local o mais baixo aumento salarial do país e tem vindo a fazê-lo com a desculpa que não pagam impostos.

«O Governo apesar de todas as entidades envolvidas já se terem pronunciado favoravelmente, continua a negar-se a aplicar aos trabalhadores da Administração Local a lei da aposentação bonificada», revela o STAL, que acrescenta:

«Vem tentar impor um decreto regulamentar 48/86 que altera a actual relação de trabalho, põe em causa os actuais horários e reduz drasticamente os vencimentos de centenas de trabalhadores que se encontram entre os mais mal pagos. Por tudo isso

vamos fazer greve dia 30 de Dezembro».

Lutas na Madeira

Da Região Autónoma da Madeira vêm notícias sobre importantes lutas desenvolvidas nos últimos dias, nomeadamente dos trabalhadores da Administração Local e dos trabalhadores das garagens e abastecimentos de combustíveis.

A greve de dois dias, com quase total adesão destes últimos trabalhadores, constituiu um notável exemplo de unidade e firmeza, o que levou ao aumento substancial da tabela salarial e a garantir a conquista de outras justas regalias.

Também os trabalhadores da Câmara do Funchal conseguiram assegurar o pagamento dos retroactivos que lhes eram devidos desde 1983.

Trabalhadores

Banca/UBP

Dois coelhos com um tiro

• A segunda vítima é o conjunto das empresas públicas investidoras

A política bancária do Governo, se assim se pode chamar, pretende «matar na UBP» (União de Bancos Portugueses) e noutras instituições de crédito nacionalizadas, os dois coelhos do costume com um só tiro, ou cajadada. A segunda vítima, além do próprio banco (UBP), são as empresas que investiram na Sociedade Anónima (SARL) — afirmava há dias a Célula do PCP naquele banco, que espera da Assembleia da República a não ratificação do Decreto-Lei 351/86 da iniciativa do Governo cavaquista.

Num pormenorizado documento distribuído pelo Organismo dos Trabalhadores Bancários de Lisboa (PCP), lê-se a dada altura que «a UBP deu em 1985 um lucro de 89 000 contos» e que, «pela simples mudança de nome», o mesmo banco não poderá «multiplicar por 5,4 vezes» esse lucro, anual.

Os trabalhadores comunistas da banca citam o caso da **Tabaqueira, EP** (empresa pública) que investiu 1,35 milhões de contos na UBP, já na qualidade de sociedade anónima (SA).

«Como é óbvio», salienta o documento do Organismo, essa empresa pública dos tabacos procurará «rentabilizar tal investimento a uma taxa que, pelo menos, seja igual à taxa dos depósitos a prazo superior a um ano (16 por cento)».

Este facto significa que a Tabaqueira terá que usufruir ao fim de um ano de um rendimento líquido de 216 mil contos sobre esse capital investido de 1,35 milhões de contos.

«Se aplicarmos tal critério ao conjunto das empresas que investiram na UBP (3 milhões

de contos), essas empresas irão sacar qualquer coisa como 480 mil contos», revela o Organismo dos Bancários, que num apelo à unidade acrescenta:

«A tentativa em curso de destruição de alguns bancos nacionalizados pode ser neutralizada, se os trabalhadores estiverem unidos».

De modo igual ao que se passa em toda a banca nacionalizada, a UBP está submetida a regras apertadas por parte da tutela governamental, através do Ministério das Finanças.

Operações a taxas não rentáveis

Essas regras, da responsabilidade do Governo em funções, incidem sobre «plafonds» (tecos) de crédito; taxas de juros de operações activas e passivas; subscrição de títulos do tesouro e outras operações a taxas não rentáveis; bonificações não reembolsáveis; e imposições da tutela em contravenção a regras de gestão lucrativa.

Ao assinalar estas limitações,

o Organismo dos Bancários de Lisboa do PCP e a Célula da UBP acrescentam que a operação SARL tem que ser examinada à luz dessas limitações impostas pelo próprio Governo e pela sua política.

Se o Governo se mantiver, «a chamada injeção de dinheiro fresco não irá ser rentabilizada».

De resto, não é a falta de capitais que aflije os bancos. Segundo a fonte que temos citado, o total dos depósitos na UBP em 31 de Agosto findo era de 262 milhões de contos e, na mesma data, o total dos empréstimos era de 145 milhões de contos.

«É na diferença entre o valor dos depósitos e o valor dos empréstimos que reside o factor fundamental do agravamento da situação da UBP», assinala ainda o Organismo dos Bancários e a Célula da UBP.

No entender dos bancários comunistas, «as empresas que foram obrigadas (trata-se de empresas públicas, como a Tabaqueira) a subscrever o aumento do capital da UBP não terão, pela acção do Governo, uma adequada compensação financeira. E, porque não a terão, elas próprias, em momento concertado com o Governo, desencadearão uma operação de propaganda para esse fac-

A primeira vítima?

to. Criado este mesmo facto com certo ambiente, essas mesmas empresas, em conluio com o Governo, exigirão medidas adequadas, que passarão por duas vias:

• ou a extinção da UBP, à maneira da CNN (Companhia Nacional de Navegação) por exemplo;

• ou a venda das acções à iniciativa privada».

A nacionalização não se faz com os seus inimigos

São os inimigos das nacionalizações que gerem as empresas públicas e nacionalizadas, na sua grande maioria, incluindo a banca nacionalizada.

Os bancários comunistas de Lisboa chamam novamente a atenção para essa evidência, que a propaganda do Governo procura tapar com a alegada ineficiência do «sistema», quando esse mesmo «sistema» depende fundamentalmente dos seus gestores e de quem os nomeia — o Governo.

A UBP, como instituição de crédito nacionalizada, poderia «disfrutar de uma invejável e desafogada situação económica».

As organizações de trabalhadores comunistas, que temos referido até agora, recordam que o total dos depósitos (262 milhões

de contos em 31 de Agosto findo), se pudesse transformar-se «na sua quase totalidade» em empréstimos a uma taxa de 20 por cento, determinaria uma receita de 52 milhões de contos.

Mas os gestores, que se limitam a seguir «cegamento» — dizem os trabalhadores — as orientações do Governo, pois é dele afinal que dependem os seus cargos, pactuam com «a existência de crédito malparado», com «uma inadequada política de taxas de juro» e, naturalmente, com «a servidão do banco (UBP) às orientações do BP (Banco de Portugal) e da tutela do Ministério das Finanças e secretarias de Estado dele dependentes».

Na verdade, perguntam os trabalhadores, «como é possível os inimigos do sector nacionalizado pugnarem pela sua viabilização?»

Não viabilizaram o que quer que fosse, pois se limitam a actuar como agentes políticos, como «correias de transmissão», salvo «em alguns aspectos em que acabam por ser — dizem os trabalhadores comunistas — mais papistas que o papa».

Entre estes últimos aspectos, os trabalhadores sublinham os seguintes.

• Incumprimento do ACTV: caso do crédito à habitação, caso da carreira profissional, caso do não pagamento do trabalho extraordinário, e outros;

• Destruição de regalias sociais, como os refeitórios e colónias de férias;

• Desrespeito de compromissos assumidos, como acontece com o crédito individual.

A Assembleia da República deve chumbar o processo SARL

Os bancários comunistas da UBP, que tem um quadro de pessoal com 4200 lugares, são de opinião que a Assembleia da República não deve ratificar o decreto do Governo sobre a desnacionalização da banca e, particularmente, da UBP.

O documento do Organismo dos Trabalhadores Bancários do PCP, distribuído recentemente sob o título «Derrotar a SA (SARL) é garantir os postos de trabalho», recordam que o Partido já tomou duas iniciativas contra a transformação de bancos nacionalizados em sociedades anónimas. Trata-se do requerimento de inconstitucionalidade

apresentado ao Tribunal Constitucional contra o decreto do Governo 351/86 e o pedido de ratificação pela AR do mesmo diploma.

As organizações dos trabalhadores bancários comunistas manifestam a esperança de que os restantes partidos democráticos se pronunciem na Assembleia da República contra a entrada em vigor daquele decreto governamental.

Um diploma «gravoso» para os bancários

As organizações sindicais, nomeadamente a nível das empresas bancárias, eleitas em listas unitárias protestam, por sua vez, contra a prática que o decreto-lei do Governo Cavaco pretende impor na banca nacionalizada.

Aquelas organizações sindicais defendem a estabilidade e a segurança dos postos de trabalho contra as disposições do decreto-lei 351/86, pois a ser implementada a SA (sociedade anónima) a respectiva assembleia geral fica com poderes para subscrever ou não o ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical); alienar património, encerrar balcões e, até, extinguir a própria empresa.

Ao preconizarem o reforço da unidade dos 4200 trabalhadores da UBP à volta de objectivos concretos, como seja principalmente a defesa da empresa e dos postos de trabalho, as organizações unitárias reivindicam mais uma vez o direito jurídico-constitucional de se oporem às medidas do Governo, que consideram um atentado ao emprego, e voltam a protestar contra o processo disciplinar com intenção de despedimento, movido pelo conselho de gerência da UBP a seis trabalhadores do banco, alguns deles membros da organização sindical e de outras organizações representativas (ORTs), designadamente a Comissão de Trabalhadores.

«A Célula do PCP na UBP considera que tal processo não é mais do que uma prepotência cujos objectivos se inserem na tentativa de intimidar os trabalhadores que, com coerência, lutam pela defesa da empresa e dos direitos dos seus colegas de trabalho».

A Célula exige novamente que o processo disciplinar seja arquivado, e reafirma a necessidade de os trabalhadores se manterem fortemente unidos.



AR decide

Decreto suspenso baixa à Comissão

Os planos do Governo de privatização da UBP sofreram, entretanto, um sério revés com a decisão da AR de fazer baixar o diploma que transformava esta instituição numa sociedade anónima de responsabilidade limitada a comissão especializada, com efeitos suspensivos e para introdução de alterações no prazo de 45 dias.

Não é, manda a justiça que se diga, a solução que política e constitucionalmente se justificava. De facto, o decreto do Governo n.º 351/86 estava ferido de graves inconstitucionalidades pelo que, em coerência, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou a proposta de não ratificação pela AR daquele diploma. Assim não o entenderam outros partidos democráticos que inviabilizaram a aprovação dessa proposta. De referir, entretanto que sensivelmente metade do grupo parlamentar do PRD (14 deputados) votou favoravelmente a proposta do PCP, juntamente com o MDP/CDE e o Partido «Os Verdes».

A solução encontrada, contudo, proposta pelo PRD — baixa do diploma à comissão especializada com efeitos suspensivos — constitui, para já, de qualquer forma, uma derrota do Governo de Cavaco Silva e um entrave que não deve ser menosprezado ao avanço dos planos ilegais do Governo do PSD de destruição da banca nacionalizada.

edições
Avante!

O PARTIDO
COM
PAREDES
DE VIDRO
Álvaro Cunhal

Trabalhadores

MDF/As ilegalidades continuam

Despedir e ameaçar em vésperas de Natal

Nas vésperas do «santo Natal» desejado por Cavaco Silva aos portugueses, um *telex* do Executivo da União dos Sindicatos do Distrito de Santarém, de 23 de Dezembro, dirigido não só aos órgãos de comunicação social como ao próprio Primeiro-Ministro, dava conta de «pelo menos mais duas grandes ilegalidades» contra os trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF), na unidade fabril do Tramagal.

Vejam, em síntese, o que fez a administração da MDF:

1.º Desrespeitando a lei 17/86, aprovada na Assembleia da República, faz discriminação, não pagando os salários a uns trabalhadores e pagando a outros.

Veja-se o artigo 13.º, ponto 1, alínea d): é clara a violação da lei; a administração está sujeita a prisão até 3 anos.

2.º Faz sair nova listagem para mais umas centenas de despedimentos na empresa, evocando a aplicação da «lei off», o que é de todo ilegal.

Como os trabalhadores não aceitaram tais arbitrariedades, «tomando como decisão de evitar a saída de quaisquer materiais da empresa», a administração chamou a GNR. Depois, foi a ameaça de violência, notando-se os preparativos para o espantamento.

Como interroga a União dos Sindicatos de Santarém, será este o *santo Natal* que Cavaco Silva desejou aos portugueses? Um Natal de ameaças contra



«Santo Natal» com despedimentos e ameaças de violência na MDF. Os «votos» de Cavaco...

trabalhadores que não recebem salário?

O recado aqui fica: **Senhor Primeiro-Ministro: as organizações dos trabalhadores exigem a reposição da legalidade. E se alguém deve ser punido pela GNR, é a**

administração, que deveria ser presa, e não os trabalhadores espancados.

O Portugal democrático não admite que se bata naqueles que têm fome e que exigem apenas o pão para os seus filhos.

PCP

Domingo, dia 4

Jornada evocativa da Fuga de Peniche

3 de Janeiro de 1960 é uma data especial na história da luta e da resistência contra o fascismo. Nesse dia — já lá vão 27 anos! — um corajoso grupo de camaradas abandonava as celas, ao encontro da liberdade, para continuar a acção e luta contra a opressão salazarista.

O 3 de Janeiro de 1960 foi desde então assinalado e comemorado. Sempre com grande alegria e significado, mas, naturalmente com maior impacto após o 25 de Abril.

Este ano, de novo a Comissão Concelhia de Peniche, do Partido Comunista Português, promove uma jornada evocativa da história Fuga, no próximo dia 4 de Janeiro, domingo.

O programa terá o seu início às 10.30 horas, com uma visita

ao forte, na companhia de camaradas que participaram na espectacular fuga colectiva de 1960.

Depois, cerca das 12.30, haverá um almoço de confraternização, com inscrições limitadas até 150 participantes. Caldeirada confeccionada à moda de Peniche é o prato forte deste almoço de amizade e convívio.

A terminar o programa, já por volta das 15 horas, terá início um comício. O camarada Dias Lourenço, membro da Comis-



são Política do CC e director do «Avante!», fará a principal intervenção, desse comício.

LISBOA

Reunião plenária do Comité Local

Intensificar a preparação do Encontro APU da Cidade de Lisboa, a realizar no próximo dia 17 de Janeiro e marcar um encontro de quadros da Organização Local de Lisboa do PCP para 21 de Fevereiro contam-se entre as decisões tomadas na última reunião plenária do Comité Local de Lisboa (CLL), convocada «para analisar a situação política e social na cidade».

Em nota divulgada aos órgãos de Comunicação Social, o CLL revela as conclusões fundamentais a que chegou a sua reunião. Assim, o Comité Local decidiu:

- Manifestar a sua solidariedade para com os trabalhadores de limpeza do Município de Lisboa em luta contra discriminações sociais e salariais e para melhorar condições de trabalho.

Mais uma vez, fica claro o total desprezo que a gestão CDS/PSD, sustentada pelo PS, na CML, manifesta pela população de Lisboa e pelos trabalhadores.

- Manifestar, igualmente, todo

o seu apoio com a luta justa empreendida pelos trabalhadores do concelho e do distrito com expressão nas jornadas de 4 e 18 de Dezembro. Tais lutas, que se multiplicam e alargam, demonstram inequivocamente a oposição crescente dos trabalhadores à política demagógica e de mentira do Governo minoritário de Cavaco Silva.

O CLL afirma ainda a sua total adesão e solidariedade à luta em defesa da Reforma Agrária,

que de forma enérgica e patriótica se desenvolve contra a política de miséria e desemprego na zona de intervenção da RA.

É necessário travar a ilegal e sistemática destruição da RA que se tem caracterizado através das entregas de terra, gado e máquinas a latifundiários, parentes e amigos.

É um imperativo nacional obrigar o Governo a cumprir e respeitar a lei, nomeadamente os acordos do Supremo Tribunal Administrativo.

- Congratular-se com os encontros, já realizados, com as delegações do PS e PRD, com as opiniões expressas e com as possibilidades abertas de novos encontros e de propostas de trabalho comuns.



Solidariedade com os trabalhadores da CML

Loja de Natal do Vitória 10% de desconto!

A funcionar, como temos salientado nas últimas semanas, até ao próximo dia 9, a «Loja de Natal» do Centro Vitória, em Lisboa, oferece agora 10 por cento de desconto em todas as compras que ainda ali forem feitas. A informação chegou-nos directamente da comissão da banca.

Assembleia da República

As rádios, a lei e os protestos

Em boa verdade não se pode dizer que a aprovação da lei das rádios (lei sobre licenciamento de estações emissoras de radiodifusão) no passado dia 22, na Assembleia da República, tenha constituído uma surpresa. Com mais ou menos pormenor, eram conhecidas as posições dos diferentes grupos parlamentares, pelo que somando os votos do PS, PCP, PRD, MDP e da deputada de «Os Verdes» obtinha-se a maioria necessária para haver lei. E democrática, o que nem todos os dias acontece. Eis senão quando rebenta o escândalo, com o CDS, o PSD e respectivo elitorado de benesses a clamar «acudam», «inconstitucional», «ataque à Igreja», etc., etc.

Mas afinal, de que se trata?

O caso conta-se em duas penadas: dizem os gerentes da Rádio Renascença que, antes de haver lei, existiu um compromisso verbal que garantia, com carácter definitivo, a rede nacional de FM que fora atribuída em 1985 àquela empresa a título provisório por despacho do então secretário de Estado, Anselmo Rodrigues.

Ou seja, trocando por miúdos, que alguém prometeu o que não tinha (a troca vá lá saber-se de que...), em conversa de amigos, que no papel não podia ser pois a tanto não podia chegar o desaturo governamental. Tudo, claro, na perspectiva de que na altura certa de aprovar a legislação

respectiva as forças seriam favoráveis e nada haveria a temer da oposição.

Acontece que os ventos da política foram adversos e que a maioria de direita que se sonhava iria haver afinal não houve.

Postas as coisas neste pé, o Parlamento, com os votos que já se disse, aprovou uma lei que não permite ao Governo distribuir a seu gosto as frequências de espectro radioeléctrico, atribuindo ao Conselho da Rádio, um órgão independente recém-criado, a competência de decidir sobre a concessão de alvarás.

Mais, a legislação estipula claramente que «as frequências codificadas a título precário nos últimos

dois anos reverterem para o domínio público disponível 90 dias após a entrada em vigor da presente lei, são integradas no mapa de frequências e submetidas a concurso».

Isto é, claro como água, compadrios ficam a ver navios que o País como diria a propósito o deputado comunista Jorge Lemos, tem finalmente uma lei de licenciamento de estações de rádio democrática, feita às claras e sem privilégios de qualquer espécie.

Há que reconhecer que isto é forte para a direita, que de resto tudo tentou para impedir a sua aprovação: fez suspender os trabalhos, invocou irregularidades processuais, apresentou requerimentos, protestou, numa palavra, esforçou-se. Para nada. A lei foi mesmo aprovada.

Com a persistência que se lhe conhece, a direita passou ao ataque fora da Assembleia: veio para os jornais, para a rádio, para a televisão e vá de clamar contra a fatal aliança com os comunistas, jogando com o facto da RR pertencer à Igreja, negando pretender privilégios e invocando-na na prática. Como também é seu costume, o Governo veio a terreiro garantir que a ba-

talha ainda não está perdida, que até à promulgação da lei pelo Presidente da República a lei não é lei, que «o mal» ainda «pode ser corrigido», que o Governo «não se conforma» e que o Parlamento não conseguirá «retirar competências» ao executivo.

Por seu lado, os gestores da RR falam de «expectativas» que serão lesadas, de investimentos que se perderão, de «violações» de promessas.

É caso para perguntar se, quando certos interesses estão em jogo, a Assembleia da República não é o órgão legislativo com competência própria (e no caso o único) para legislar.

Se, quando certos interesses estão em jogo, a legalidade deve ser mandada às urtigas, para que se respeitem acordos de cavalheiros (?) feitos por baixo da mesa, contra os interesses nacionais.

Se, quando certos interesses estão em jogo, o Governo pode impunemente vir a público dizer que não admite nem se conforma com as deliberações de um órgão soberano.

Trata-se, obviamente, de perguntas de retórica. É sabido que é justamente isso que a direita gostaria que fosse.

Poder Local

Derrota do PS/PSD na AM de Setúbal

«Buraco» afunda orçamento

A Assembleia Municipal de Setúbal rejeitou no passado domingo a aprovação da revisão orçamental proposta pelo executivo, actualmente nas mãos da aliança PS/PSD, numa decisão por maioria onde os 16 votos da APU se impuseram aos 13 somados pelo PS/PSD e o PRD. Odete Santos, deputada do PCP na Assembleia da República e membro da Assembleia Municipal de Setúbal, acusou o pedido de revisão orçamental proposto pelo executivo de ter um «buraco» de 5639 contos, «uma verba retirada secretamente ao conhecimento dos municípios».

Justificando a sua proposta de rejeição (posteriormente aprovada, como já dissemos) a APU denunciou o «secretismo da coligação PS/PSD, que gere o município com falta de transparência, desrespeitando as leis a cada passo» e, após a votação, os eleitos da Aliança Povo Unido distribuíram uma nota à Imprensa, subscrita por Odete Santos, onde se pormenorizavam algumas acusações à aliança que detém actualmente o poder na Câmara. «A coligação PS/PSD — afirmava a nota a dado passo — pretende investir fortemente em obras no centro da cidade, relegando para plano secundário a satisfação dos problemas das populações das zonas periféricas», sublinhando também que a proposta de revisão orçamental do executivo agravaria o défice corrente em 10%, ou seja em mais 13 595 contos.

Confrontado com os factos, o presidente da Câmara, Mata Cáceres, considerando embora «não haver qualquer irregularidade», foi forçado a admitir haver lugar para «talvez um erro de elaboração do plano de revisão». O mesmo se verificou nas declarações de voto dos «aliançá-

ções», onde Paulo Valdez se saiu com esta: «não obstante reconhecermos erros técnicos na proposta de revisão orçamental, mantemos a nossa confiança no executivo».

Na sessão da Assembleia Municipal do passado domingo foi também aprovada uma moção «exigindo a revogação imediata do decreto regulamentador n.º 48/86 de 1 de Novembro, e a substituição por outro a elaborar depois de ouvidas as organizações representativas dos trabalhadores e de acordo com as suas justas reivindicações». Além disso a Assembleia Municipal de Setúbal, na referida moção, «acusou o ministro do Trabalho de denunciar a convenção da Organização Internacional do Trabalho que o nosso país subscreveu» e rejeita «a flexibilidade dos horários pretendida pelo Governo, a qual causou enorme repulsa em todos os trabalhadores».

Esta moção, apresentada pela APU, foi aprovada com 15 votos a favor (APU e PRD) e 11 abstenções. Do PS/PSD, claro...



Praça da Liberdade

Um Congresso contra a Região Norte

Está marcado para 16 e 17 de Janeiro, sob a designação pomposa e abusiva de «Primeiro Congresso da Região Norte», uma iniciativa organizada pela Associação Fórum.

Da organização promotora fica quase tudo dito se se referir que ela é a herdadeira insólita (na forma associativa e regional) da defunta AD. As mesmas pessoas, os mesmos interesses exploradores, os mesmos objectivos reacçãoários...

O tom dos promotores do «Congresso», de cariz pretensamente regionalista, parece épico: é «o momento de congregar um grande movimento cívico, capaz de bater o pé ao centralismo, venha de onde vier e sejam quais forem as suas desculpas».

Mas sob a fraseologia oca das «forças vivas regionais», facilmente se vê onde começa e como acaba tal espécie de regionalismo. Neste verdadeiro fórum das forças reacçãoárias «accederam» (não encontraram os promotores verbo menos subserviente) a participar diversos governadores civis do Governo minoritário do PSD, uma chusma de presidentes de departamentos do Poder Central, as organizações dos grandes empresários capitalistas, comissões distritais do PSD e CDS e presidentes de Câmaras da mesma cor, a mistura com algumas (poucas) personalidades que não avaliaram certamente bem no que se metiam. Para completar o fiorete «representativo», não faltou sequer o «secretariado da região norte» da UGT e o próprio Torres Couto em pessoa...

Não é exagero afirmar que este «Congresso da Região Norte» constitui uma enorme mistificação.

Em primeiro lugar porque quem se junta para discutir os «problemas» do Norte são nem mais nem menos os principais agentes e responsáveis pelos graves problemas sociais, económicos e do atraso existentes na Região Norte: os grandes empresários exploradores, responsáveis por dezenas de milhares de trabalhadores com salários em atraso, por mais de uma centena de milhares de desempregados, pela repressão, pelos baixos salários, pela miséria e pela fome que atinge tantas casas; os proprietários ricos, os caciques reacçãoários e os agentes do obscurantismo que procuram impedir a vida democrática a nível local e regional.

Mas uma mistificação também, porque quem se junta para discutir a «regionalização», são nem mais nem menos os que no passado mais tem defendido o centralismo antidemocrático e até ditatorial. E que no presente mais activos se mostram de facto contra a criação das regiões administrativas como órgãos do poder democrático consagrados na Constituição da República.

Uma pergunta que carece de resposta urgente: o que significa a ida de vários dirigentes do PS a um tal «Congresso»?

J.L.N.

AVEIRO

Como se fabrica a imagem dum distrito sem problemas sociais...

A generalidade da Comunicação Social deu desenvolvimento à visita que o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, fez recentemente ao distrito de Aveiro. No entanto, a generalidade dos jornais (por exemplo o «Co-

mércio do Porto» e o «Jornal de Notícias») não fizeram referência a factos que em qualquer parte do mundo seriam notícia.

Reflectindo a situação social que se vive no distrito, largas dezenas de trabalhadores do con-

celho da Feira — uma das paragens do Primeiro-Ministro — que sofrem com os salários em atraso, a instabilidade no trabalho e os contratos a prazo, concentraram-se junto à Câmara Municipal da Feira, empunhando velas

acesas e gritando palavras de ordem exigindo a solução dos seus problemas, outra política e outro Governo.

É significativo que a Televisão não tenha dado nenhuma imagem do exterior da Câmara da Feira, onde se concentravam trabalhadores.

É desta forma que se torna fácil para o Governo afirmar que Aveiro é um distrito sem problemas sociais. O que, como mais uma vez ficou demonstrado, não corresponde à realidade, como sublinha a União dos Sindicatos/CGTP-IN, em nota divulgada pelo seu departamento de Informação.

Protesto em Setúbal

Cinquenta metros de um «Livro de Reclamações» carregado do viver difícil de milhares de trabalhadores e de suas famílias e muitas «prendas» de Natal, por que a isso manda a quadra, ainda que estas não sejam nada doces nem coloridas, eis o que os órgãos representativos dos trabalhadores do distrito de Setúbal ofertaram ao Primeiro-Ministro e ao Governo Civil durante uma jornada de protesto realizada no passado dia 23 num dos passeios da Avenida Todi naquela cidade.

É isto porque, «a política demagógica que o Governo e a governadora civil têm vindo a apregoar sobre o distrito não corresponde à verdade», como afirmou no local Carlos Peres, da comissão executiva da União dos Sindicatos de Setúbal.

Reclamam as ORT's do distrito de Setúbal porque ali existem 14 mil trabalhadores com salários em atraso, porque em cada dia, em média, vinte trabalhadores são lançados no desemprego, tudo somado desde Janeiro, são 60 mil desempregados no distrito.

Não foi um Natal alegre o destes trabalhadores. Não foi para grandes nem pequenas folias o Natal dos trabalhadores da Parry Son — 350 mil contos de dívidas aos trabalhadores e 650 postos de trabalho em perigo; nem da GEFA (confeccções) com 50 por cento dos seus 700 trabalhadores com contratos a prazo.

Aquilo que Cavaco tem oferecido ao longo de todo o ano aos portugueses em geral, e no caso vertente aos trabalhadores de Setúbal, estes, na quadra para alguns festiva que agora passa, devolvem-nos ao Primeiro-Ministro embrulhados em papel que ele teme. O da luta. Por isso esta jornada de protesto. Por isso a grande acção de massas convocada pela CGTP-IN para o próximo dia 31 de Janeiro foi recebida com «um grande regozijo pelos trabalhadores do distrito de Setúbal».



Nas ruas de Aveiro, uma acção recente promovida pelo movimento sindical unitário, um vigoroso alerta contra os graves problemas que afectam os trabalhadores



Exigir o cumprimento das leis laborais no distrito foi o objectivo da recente concentração de dirigentes e delegados sindicais da região de Viseu junto ao Governo Civil, na capital do distrito. «Alastra a praga do uso abusivo dos contratos a prazo, nomeadamente na «Citrôn» (120 contratados), «Visabeira», «Volvo», «JL

Tavares», «Camisaria Sagres» (180) e Função Pública (350 em escolas e hospitais)», revela uma nota divulgada pela União dos Sindicatos do Distrito de Viseu, onde só este ano encerraram 12 empresas, lançando no desemprego mais 201 trabalhadores, situação que no conjunto já ultrapassa 22 mil pessoas

Emigração

Emigrantes contra encerramento do Consulado de Osnabruck

• Socialistas e comunistas tomam posição conjunta

O encerramento iminente do Consulado de Osnabruck, o segundo maior de Portugal na República Federal Alemã, está a suscitar uma onda de repúdio entre os nossos compatriotas naquele país e constitui um motivo de sérias preocupações pelos graves prejuízos que tal decisão, a concretizar-se, acarretará para a comunidade portuguesa naquela área consular.

Na origem deste facto está a não renovação, em tempo oportuno, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do contrato de arrendamento das instalações onde até ao momento tem funcionado o Consulado, negligência que levou já o senhorio a arrendá-las a uma empresa a

partir do próximo dia 1 de Janeiro pelo que o Estado português terá de proceder à evacuação das mesmas até amanhã, último dia do ano, sob pena de ser obrigado a pagar à referida empresa uma indemnização de 15 mil marcos diários.

Condenando esta decisão governamental que classificam de «intolerante num país democrático», emigrantes comunistas e socialistas em Osnabruck emitiram um comunicado conjunto onde acusam o Executivo de ter procurado esconder esta sua intenção que «traí» os emigrantes e é «humilhante para a imagem do nosso país».

Lembrando que o Consulado de Osnabruck, apesar de reduzi-

do a metade do pessoal, abrange 13 mil emigrantes e corresponde à segunda maior área geográfica onde se encontra um elevado número de Associações, o comunicado sublinha que esta medida só se entende por razões de natureza política e nunca «por razões de austeridade».

Depois de recordar uma passagem do programa do Governo onde se afirma, citamos, que «os serviços consulares tornam-se imprescindíveis para que as comunidades portuguesas sintam um maior e mais eficiente apoio», os emigrantes socialistas e comunistas afirmam que «não é de justiça tratar desta forma tantos milhares de emigrantes», os quais, a exemplo de outros

compatriotas que continuam a chegar àquele país, «necessitam de apoio».

Tomando posição sobre o assunto também o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas na Europa emitiu recentemente um comunicado no qual se afirma que o encerramento deste importante Consulado constitui «uma ameaça directa à segurança e estabilidade de emprego dos que nele trabalham», prejudicando ao mesmo tempo «gravemente» os interesses de milhares de emigrantes que se verão na contingência de ter de se socorrer dos serviços dos longínquos consulados de Hamburgo ou de Dusseldorf.

Terra

Povos de Braga em defesa dos baldios

■ Concentração com centenas de compartes

Convocada pelo Secretariado dos Baldios de Braga realizou-se recentemente naquela cidade uma concentração seguida de manifestação, na qual se incorporaram centenas de compartes, destinada a sensibilizar a opinião pública e os órgãos de soberania para os malefícios dos projectos de lei existentes na Assembleia da República, os quais, a serem aprovados, provocarão a ruína de centenas de pequenos agricultores e de pequenos pastores. Culminando a manifestação,

uma delegação dos presentes foi recebida no Governo Civil tendo-lhe sido transmitida na ocasião o compromisso de fazer chegar aos órgãos competentes as reclamações dos povos serranos.

O Secretariado dos Baldios manifestou, entretanto, em comunicado tornado público, a sua intenção de prosseguir e dinamizar a luta em defesa dos baldios, terras comunitárias que têm constituído um importante factor de progresso e desenvolvimento nas regiões serranas.

Luta dos trabalhadores consulares impõe aplicação do estatuto profissional

Após onze dias de greve cumpridos durante o corrente mês de Dezembro, os trabalhadores consulares e das missões diplomáticas obtiveram do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) o compromisso de aplicar o Decreto-Lei 451/85, diploma que apesar de conter alguns aspectos negativos define o estatuto profissional daqueles trabalhadores, designadamente quanto a carreiras, progressão e vínculo ao Estado português.

Na origem desta luta esteve a recusa sistemática do Ministério em aplicar o referido decreto-lei — «atitude ilegal e arrogante», segundo fontes sindicais — o qual vem satisfazer algumas antigas aspirações dos 1500 assalariados eventuais dos consulados e embaixadas, nomeadamente a aprovação do estatuto profissional que põe termo à situação precária em que se en-

contram — até agora têm sido considerados assalariados locais em regime de prestação eventual de serviços —, definindo ao mesmo tempo uma série de regras (até agora inexistentes) que põem cobro ao poder discricionário de alguns diplomatas que gerem as embaixadas como de quintas suas se tratasse.

Esta tem sido, aliás, desde sempre, a grande luta do Sindicato e quase a razão da sua própria existência — recorde-se que o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas na Europa (STCDE) surge da própria dinâmica criada em torno da aprovação do estatuto profissional —, estatuto profissional que tem encontrado sempre pela frente a resistência e o boicote da máquina burocratizante do MNE, interessada em não perder esse po-

der arbitrário típico da conduta de alguns diplomatas.

No decorrer do processo de greve que registou um elevado índice de adesão, os trabalhadores consulares receberam repetidas provas de solidariedade e compreensão das comunidades portuguesas, pese embora os transtornos e os graves problemas criados aos emigrantes sobretudo nos países e regiões de maior concentração como França, Alemanha, Luxemburgo, Holanda e Bélgica.

Este apoio e solidariedade resulta aliás da consciência generalizada entre os nossos compatriotas de que a luta dos trabalhadores consulares e das missões diplomáticas é justa, trabalhadores que nunca pouparam esforços para servir o melhor possível os emigrantes, apesar das limitações impostas pela situação caótica em que funcio-

nam os serviços.

Na verdade, a própria situação profissional deriva do facto de o Estado não preparar os seus trabalhadores com vista a darem uma resposta adequada às necessidades e problemas da comunidade portuguesa.

Veja-se, por exemplo, o sucedido com a adesão à CEE, processo de que resultou um quadro jurídico diferente para os portugueses, novos direitos que todavia continuam desconhecidos para a maioria dos trabalhadores emigrados, já que da parte do Governo não houve nenhuma acção eficaz de esclarecimento e formação.

A única iniciativa realizada nesse sentido partiu do próprio Sindicato que em finais do ano passado promoveu um debate em Paris com a participação de diversos especialistas sobre a problemática da adesão à CEE.

Produtores de Mira reclamam medidas contra peripneumonia

Convocada para analisar os graves prejuízos provocados pela peripneumonia na região realizou-se recentemente, em Seixo de Mira, por iniciativa da União dos Agricultores do concelho de Mira, uma reunião em que participaram mais de cem produtores de carne e leite.

No decorrer da reunião, que contou com o apoio da Federação das Uniões e Ligas de Agricultores do Baixo-Mondego, os presentes acusaram o Ministério da Agricultura de ainda nada ter feito para debelar esta peste.

Enfrentando um novo surto de peripneumonia que tem vindo a alastrar rapidamente, os agricultores do concelho de Mira são obrigados a abater os seus animais sem que lhes esteja a ser pago a tempo e horas o seu justo valor.

No sentido de reclamar «o que acham justo» e dizer «de sua justiça» os agricultores estão dispostos, entretanto, como salienta um comunicado chegado à nossa redacção, a manifestar-se em Coimbra, junto à Direcção Regional da Agricultura.

Juventude

Ministro recua perante exigências dos estudantes

A comissão negociadora eleita no Encontro Nacional de Direcções Associativas do Ensino Superior realizado recentemente no ISEL, com o objectivo de discutir com o ministro da Educação as reivindicações dos estudantes no concernente à legislação sobre prescrições e precedências, considerou, terça-feira, após uma audiência com João

de Deus Pinheiro, estarem por ora satisfeitas as reivindicações dos estudantes em relação àquela matéria. Com efeito, segundo Luís Pires, representante daquela comissão, o ministro ter-se-ia comprometido com os estudantes e os Conselhos Pedagógicos das escolas a discutir nova legislação sobre o assunto, ficando por agora suspensas as

portarias que tanta celeuma levantaram nas escolas.

Para além disto e de concreto, pouco mais se sabe, já que do encontro entre o ministro e a comissão negociadora não resultou qualquer documento escrito. Entretanto, esta comissão afirmou que a greve prevista para dia 15 de Janeiro seria adiada, isto apesar de tal decisão não ser da

competência da comissão, mas antes de uma instância amplamente representativa, como é o Encontro Nacional de Direcções Associativas.

Trata-se, desde já, de um recuo nítido e claro do ministro, faltando saber agora até onde...

Conferência internacional debate ensino superior

Entretanto, desmentindo afirmações recentes do ministro João de Deus Pinheiro, uma Conferência Internacional sobre «Ensino Superior no horizonte do ano 2000» realizada em Lisboa no Instituto Superior Técnico sob o patrocínio da UNESCO, durante os dias 19, 20 e 21, concluiu que Portugal se encontra na cauda dos países da CEE e a grande distância destes no que

concerne à taxa de acesso ao ensino superior.

Esta Conferência, em que participaram representantes de cerca de trinta países da Europa, Norte de África, Médio Oriente e Canadá, procedeu a um levantamento da situação do ensino superior nos diversos países aí representados, concluindo que, para além das particularidades naturais de cada país, existe um traço dominante entre todos, qual seja o da elitização do ensino.

AR e a melhoria do ensino do Português

Ao mesmo tempo que a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura da AR divulga uma recomendação no sentido de defender a revogação do despacho do Governo que

torna eliminatória a disciplina de Português do 5.º ao 9.º ano de escolaridade, o grupo parlamentar do PCP anunciou a entrega na mesa da AR de um seu projecto de lei que contém medidas de emergência para o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.

Este projecto visa «pôr cobro a uma situação profundamente injusta e discriminatória que o Governo criou com o seu despacho». Entre algumas dessas medidas contam-se «a reestruturação vertical e horizontal dos programas bem como das acções de formação contínua de professores, a produção e sua difusão na Rádio e Televisão de programas de formação e divulgação da Língua, da literatura portuguesa (pelo qual é responsabilizado o Governo) e a organização de acções com vista ao desenvolvimento do interesse pela leitura e pela cultura portuguesa.

edições
Avante!
Recomendam

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS

Internacional

É urgente relançar as iniciativas de paz para a América Central

O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, aceitou fazer parte de uma missão de paz constituída pelos Estados membros do «Grupo de Contadora» e pelo «Grupo de Apoio», que irá realizar uma digressão pelos países da América Central com o objectivo de relançar o diálogo e a tentativa de regularização pacífica dos conflitos armados na região.

A iniciativa, em que foi também convidado a participar o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi aprovada na recente reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois grupos, no Brasil.

Naquela reunião, os representantes da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Venezuela e Uruguai aprovaram uma declaração exortando todos os países envolvidos no conflito centro-americano a abster-se do emprego da força e a iniciar conversações, única via para a solução dos problemas da região.

Importa salientar que os participantes do encontro manifestaram a sua preocupação pela crescente ingerência americana na crise centro-americana, bem como pelo continuado apoio militar e financeiro de Washington aos «contras» nicaraguenses.

Como afirmou a propósito o representante do Brasil, é **indispensável o termo do apoio norte-americano aos elementos anti-sandinistas**, já que ele faz prolongar o conflito e im-

pede uma paz duradoura na América Central.

Uma opinião que é de resto partilhada por diversas organizações sociais norte-americanas, que em declaração publicada há dias no «New York Times» alertam a opinião pública para o risco da ingerência de Washington na América Central se poder transformar numa aventura igual à do Vietname.

As organizações, em que se incluem a «Sane», a «Coligação por uma nova política externa e militar», o «Apelo à Paz» e as «Testemunhas a favor da paz», qualificam na sua declaração a guerra não declarada da administração Reagan contra a Nicarágua soberana como injusta e ilegal, sublinhando que esta guerra levada a cabo pelas mãos dos contras vitimou já milhares de nicaraguenses inocentes e deve ser imediatamente suspensa.

No entanto, tudo indica que a Casa Branca está longe de abdicar da sua política agressiva na América Central. A recente prisão na Nicarágua do agente norte-americano Samuel Hall veio demonstrar uma vez mais como a CIA está envolvida na desestabilização interna daquele país, não olhando a meios para atingir os seus fins. O próprio facto da CIA «não confirmar nem desmentir» que Hall trabalhasse para os serviços secretos dos EUA (sendo já do domínio público que ele trabalhou em missões de espionagem na América Latina, África e Médio Oriente, esteve envolvido na tentativa de assassinato do embaixador dos EUA na Costa Rica com o fim de acusar a Nicarágua, para além de outras missões do género) é por si uma confirmação do papel daquele agente no plano da Casa Branca para a liquidação da revolução sandinista.

Como o caso conhecido por Irangate tem vindo a demonstrar, as vendas secretas de armas ao Irão visaram desde o princípio o financiamento dos «contras». O que é igualmente significativo do empenho com que a administração Reagan se lançou nesta guerra não declarada na América Central. Se, como afirmou há dias o presidente da Comissão Especial do Senado para as Informações, David Durenberger, **os principais aspectos do escândalo continuam por esclarecer**, não restam dúvidas de que **independentemente das circunstâncias do caso toda a responsabilidade recai sobre o presidente Reagan**.

Uma responsabilidade acrescida com a recente tomada de posição pública de Reagan de agradecimento a William Casey pelo seu trabalho como director da CIA, que não pode deixar de ser considerada como o apoio expresso a toda a série de reconhecidas ilegalidades cometidas pela agência para tornar a proibição do Congresso à concessão de meios para ajudar os anti-sandinistas.

Não é por acaso que, de acordo com sondagens reveladas pela cadeia televisiva «ABC», a maioria dos norte-americanos desaprova a actividade de Reagan como presidente (55%) e que um em cada quatro dos inquiridos considera que Reagan se devia demitir.

A «era Reagan» está no fim. Há que desenvolver todos os esforços para evitar que acabe de facto numa catástrofe para a América Central.

Há que desenvolver todos os esforços para evitar que acabe de facto numa catástrofe para a América Central.

Há que desenvolver todos os esforços para evitar que acabe de facto numa catástrofe para a América Central.

Pretória ameaça países vizinhos

O ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, «Pik» Botha, afirmou há dias numa alocução proferida pela rádio, que a África do Sul está disposta a atacar qualquer país da «Linha da Frente» que «abrigue terroristas», designação dada por Pretória aos guerrilheiros do Congresso Nacional Africano (ANC).

Aquelas ameaças visam directamente Angola, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Suazilândia e Botswana, que já noutras ocasiões foram alvo dos ataques dos racistas sul-africanos, a pretexto de atingir «bases» do ANC. As recentes incursões armadas das tropas sul-africanas em Angola e na Suazilândia, que resultaram em vários mortos e no rapto de algumas pessoas, faz prever que a tensão possa agravar-se na África Austral.

Entretanto, salienta-se o facto das autoridades racistas terem recusado o visto de entrada a dois grupos de congressistas norte-americanos que pretendiam visitar o país em Janeiro próximo, devido ao facto de se tratar de legisladores que apoiaram a aplicação de sanções contra o «apartheid».

O agravamento da situação interna na África do Sul, onde a repressão e a censura à imprensa atingem níveis cada vez mais preocupantes, não impediu no entanto que a Frente Democrática Unida (UDF) lançasse com êxito a campanha anti-apartheid de Natal, que incluiu o boicote às lojas de brancos, greves e manifestações de protesto contra o estado de emergência decretado no país.

Intervindo na cidade do Cabo em apoio à campanha, o arcebispo Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz, declarou que a abolição do estado de emergência, a retirada das unidades militares de povoações africanas, a libertação de todos os presos políticos, bem como das pessoas presas sem culpa formada, e a legalização das organizações democráticas proibidas, são o mínimo de medidas necessárias para o estabelecimento da paz na África do Sul.

Uma paz que os racistas não estão interessados em favorecer, nem a nível interno nem na Namíbia ocupada. Como se afirma num boletim de informação da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), a África do Sul duplicou em 1985/1986 as despesas com a guerra na Namíbia, em comparação com o período anterior. Diariamente, os sul-africanos gastam mais de dois milhões de dólares com a ocupação ilegal da Namíbia.

Uruguai amnistia militares

Os deputados dos partidos «Colorado» (governamental) e «Nacionalista», do Uruguai, aprovaram no parlamento um projecto-lei que amnistia os militares e polícias culpados de violação dos direitos do homem durante o regime militar ditatorial que dominou o país de 1973 a 1985.

A legislação, que amnistia os assassinos e responsáveis de detenções ilícitas, torturas e raptos de muitos patriotas, incluindo crianças, foi fortemente contestada pelos deputados da «Frente Ampla», coligação de esquerda que integra os partidos Comunista e Socialista do Uruguai, a Aliança Cívica e deputados nacionalistas que discordam da política da sua direcção partidária. Os seus votos contra não foram no entanto bastantes para evitar a aprovação da lei que está a provocar indignação no país.

Manifestações exigindo a anulação da referida legislação foram entretanto reprimidas pela polícia. Em Montevideo, dezenas de pessoas ficaram feridas na sequência de brutal carga policial. Um processo que está longe de ficar encerrado, a exemplo do que acontece na Argentina, onde a tentativa de pôr termo ao julgamento dos responsáveis pela morte, desaparecimento e tortura de milhares de pessoas está a abalar seriamente a popularidade do governo de Raul Alfonsín.

Insegurança nas centrais atómicas

Segundo o deputado social-democrata Rodolf Schoefferberger da RFA, entre 1982 e 1985 registaram-se oficialmente na República Federal da Alemanha 666 transgressões às normas de segurança vigentes nas centrais atómicas. Ao interpelar o governo sobre a sua política nuclear, o deputado afirmou que no mesmo período, também de acordo com os dados oficiais disponíveis, os reactores nucleares no país foram desactivados 64 vezes, devido ao perigo de fuga de radioactividade, o que levanta sérias dúvidas sobre as afirmações do governo quanto à «segurança reforçada» dos reactores nucleares alemães.

Como disse o referido deputado, **ninguém pode garantir que não surgirá um dia uma situação de crise, em que ocorram consequências demasiado graves.**

Solução política para o Afeganistão

De acordo com um responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, Nikolai Kinaev, é inadiável a exigência de uma solução política para o problema do Afeganistão. Falando numa conferência de imprensa, Kinaev sublinhou a flexibilidade existente da parte afegã nas conversações que decorrem em Genebra entre Kabul e Islamabad com a mediação de um representante do secretário-geral da ONU, frisando que a resposta pertence agora ao Paquistão e aos EUA. Quanto mais depressa mostrarem uma atitude realista e quanto antes termine a agressão armada contra o Afeganistão, mais rapidamente serão retiradas as tropas soviéticas da República Democrática do Afeganistão — disse.

Octávio Pato na Líbia

O camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Comité Central do PCP, visitou recentemente a Líbia, integrado numa delegação composta ainda por deputados do PSD, do PRD, do PS e um representante do Instituto Damião de Góis. Um militante do CDS, convidado, recusou o convite. Esta visita realizou-se a convite da representação da Líbia em Lisboa, cujo responsável, Nuai Mohamed Betelmel acompanhou pessoalmente os portugueses.

A delegação portuguesa, recebida com simpatia e cordialidade pelas autoridades líbias, teve encontros com delegações do Secretariado-Geral do Congresso Geral do Povo de Trípoli e do Secretariado-Geral do Congresso das Relações Externas. Nestes encontros, os representantes do povo líbio deram uma informação geral sobre a situação do seu país e responderam às perguntas postas pelos membros desta delegação portuguesa.

Em declarações prestadas ao «Avante!» no final da visita, o camarada Octávio Pato salientou que ela permitiu **«contactar de perto a realidade da vida de um povo e de um país que tomou o seu destino nas mãos e luta no sentido do seu desenvolvimento»**. Esta delegação visitou diversos empreendimentos em curso naquele país que comprovam tais afirmações. Um grande empreendimento, por exemplo, orçado em 500 milhões de dólares, para o aproveitamento das águas do mar e um outro de preparação de leite, onde trabalham, na sua maioria, jovens técnicos líbios, mereceram em particular a atenção dos portugueses. Assim como uma grande barragem para retenção da água das chuvas para posterior aproveitamento na agricultura.

Independentemente das discordâncias e reservas que possam existir relativamente à natureza do regime político da Líbia, é indubitável, na opinião do camarada Octávio Pato, que estamos na presença de um país que, arrancado às malhas do colonialismo pela revolução de 1969 liderada pelo coronel Khadafi, **«caminha a passos largos no sentido do desenvolvimento e da elevação do nível de vida do povo»**. Um povo que, diga-se, aproveita plenamente os recursos financeiros da venda do petróleo em ordem ao progresso efectivo do país.

Esta visita constituiu igualmente uma ótima oportunidade para o esclarecimento de posições acerca da política externa líbia e do seu desejo de paz. Segundo o camarada Octávio Pato,

os dirigentes da Líbia expuseram à delegação portuguesa, nomeadamente, a sua **«proposta de transformação do mar Mediterrâneo num mar de paz, onde não circulem armas nucleares»**.

A delegação portuguesa, durante a sua estada na Líbia, visitou a anterior residência do coronel Khadafi onde são ainda bem visíveis os sinais do ataque terrorista de Reagan com o apoio do sionismo israelita. **«O que podemos observar confirma a ideia — afirmou-nos Octávio Pato — que o objectivo central do ataque dos EUA era o assassinio do líder da revolução líbia»**. Não obstante, prosseguiu o camarada Octávio Pato, **«vimos na Líbia um povo que não baixa os braços e que afirma no dia-a-dia a sua determinação de viver com dignidade e de prosseguir o seu caminho»**.

Os dirigentes do povo líbio manifestaram à delegação portuguesa a sua vontade de manter e reforçar as relações com Portugal e de procurar as vias para a cooperação. De registar aqui,

que a Líbia mantém uma representação em Portugal, criada após o 25 de Abril, e que Portugal não tem nem embaixada, nem consulado, nem qualquer outra forma de representação que encaminhe assuntos referentes às relações entre Portugal e a Líbia. Acrescente-se que o representante da Líbia em Lisboa depara-se, neste momento, com entraves à sua actividade impostos pelo Governo de Cavaco Silva.

Esta situação é tanto mais grave quanto é sabido que se encontram na Líbia algumas empresas portuguesas empregando centenas de trabalhadores portugueses envolvidas em empreendimentos diversos.

Sobre tal situação, e para concluir, afirmou-nos o camarada Octávio Pato que **«este facto contrasta vivamente com os interesses do nosso país. É necessário, por isso, e no interesse de Portugal, resolver rapidamente este problema e desenvolver as relações entre os dois países na base do respeito mútuo»**.

A venda

TEMPOS NOVOS



Internacional

A moratória soviética e o militarismo dos EUA

Nos últimos dias do Ano Internacional da Paz, Washington lança um verdadeiro desafio aos povos do mundo, e ao próprio povo norte-americano, com uma posição de aberta hostilidade, de recusa a assumir qualquer gesto, a trilhar qualquer caminho, que muito simplesmente possa conduzir ao baixar do nível de tensão internacional. Pelo contrário. São sucessivos os passos avançados em poucos dias no caminho do agravamento da militarização. Praticamente já se despreza mesmo a cobertura propagandística das «necessidades de defesa». Depois de Reykjavik, é o acentuar da escalada. O regresso ao discurso do «império do mal» com sede em Moscovo... O regresso a claras afirmações anteriores de que o objectivo da Casa Branca é o alcançar da superioridade militar.

A violação do Salt-2 abriu portas a um aumento acelerado de armamentos estratégicos. Dia 28 de Novembro, o 131.º B-52 evantou voo da base de Kelly e partiu rumo à base de Carsweel, no Texas, para ser apetrechado com mísseis de Cruzeiro.

Consumada assim a violação do tratado Salt-2 (limitativo do armamento estratégico), desencadeia-se um processo de drástico aumento dos armamentos estratégicos. Nos primeiros dias de Dezembro a Força Aérea dos Estados Unidos recebe mais um bombardeiro B-52, o 132.º, igualmente remodelado com vector de mísseis de cruzeiro. Dia 13 foi lançado às águas mais um submarino «Trident».

Uma semana depois o presidente Reagan anunciava a decisão de iniciar a fase de construção de um novo míssil intercontinental móvel, após uma reunião com os chefes de Estado Maior, em que foi aprovado um programa de modernização das armas estratégicas.

O novo míssil anunciado, o «Midgetmen», é equipado com uma ogiva nuclear e será colocado em lançadores móveis, a ser deslocado «sem aviso».

Na mesma reunião foi acordada a instalação de mísseis intercontinentais de dez ogivas nucleares «MX» em unidades móveis de caminho-de-ferro.

É um verdadeiro processo de escalada.

A resposta norte-americana à declaração do governo soviético — em que simultaneamente se anuncia que a moratória dos ensaios nucleares será prolongada até ao primeiro teste dos

EUA em 1987 e se convidam os Estados Unidos «a iniciarem imediatamente conversações sobre a interdição total dos testes nucleares» — não foi tão-pouco o já habitual «vamos estudar o assunto». A resposta foi um arrogante não. Foi a afirmação de que «os testes nucleares serão necessários enquanto poder de dissuasão norte-americano depender dos seus arsenais atómicos, o que continuará num futuro previsível». A ameaça nuclear está à vista. Já nem são agitas as promessas de um mundo sem armas nucleares... graças à militarização do Espaço!

Todos estes factos se interligam. As novas armas estratégicas, a militarização do Espaço, são componentes da mesma estratégia, baseada na pretensão de alcançar uma decisiva superioridade militar, e a partir daí desenvolver uma política de domínio. Pela chantagem. Pelo desencadear de uma guerra?...

Neste quadro, o prosseguimento dos ensaios nucleares (ou a sua suspensão) desempenha um papel particular: é a base de qualquer desenvolvimento qualitativo quer das armas na Terra, quer das armas no Espaço.

Os ensaios nucleares

Não é por acaso que a grande pressão internacional dos povos, dos movimentos pela paz, e de muitos governos (e não só de países socialistas) e organizações internacionais — não abriu ainda o caminho para o fim efectivo dos testes nucleares. É muito o que está em jogo: é a



própria política do imperialismo, o seu esforço de reconquistar o domínio mundial perdido.

Em Washington sabe-se bem da importância da suspensão dos ensaios nucleares. No relatório apresentado nas negociações sobre interdição dos ensaios nucleares (entre a URSS e os EUA), em Julho de 1977, sublinha-se: «As partes presentes nas negociações desejam alcançar um tratado que há décadas é considerado como a primeira prioridade no domínio da limitação de armamentos».

Entretanto, em 1982 Reagan põe oficialmente termo às negociações.

A verdade é que nos próprios Estados Unidos se prevê que cerca de 200 a 300 testes nucleares serão necessários para satisfazer as «necessidades» da IDS («guerra das estrelas»). Simultaneamente, e como os factos testemunham, prossegue a corrida ao aperfeiçoamento de armamentos nucleares estratégicos. Aperfeiçoamento que passa também pela realização de mais testes nucleares.

Despida das suas roupagens demagógicas, a estratégia do imperialismo norte-americano aparece assim ligada uma vez mais ao brandir da arma nuclear.

Mas muito aprenderam entretanto os povos sobre o real significado de uma guerra nuclear.

Naturalmente com as terríveis experiências de Hiroshima e Nagasaki.

E também com os mais aprofundados estudos recentemente avançados pela ciência — quase simultaneamente nos Estados

Unidos e na União Soviética.

Por isso se afirma no Apelo dos Médicos do mundo pela prevenção de uma guerra nuclear, aprovado em Colónia em 1 de Junho deste ano, que «As bombas nucleares não são armas mas instrumentos de suicídio», e enumera-se: «possuí-las não significa força militar; acumulá-las não garante a superioridade; utilizá-las provocaria o genocídio das vítimas e o suicídio dos agressores».

Neste Apelo se propõe uma moratória mútua dos testes nucleares da parte da União Soviética e dos Estados Unidos.

Um grande movimento de massas

O movimento internacional pelo fim dos testes nucleares assume enormes proporções — evidenciando também de forma particularmente clara onde se encontram os obstáculos.

Ao nível de organizações inter-estatais, temos os «seis de Nova Delhi», englobando a Argentina, a Índia, o México, a Tanzânia, a Suécia e a Grécia (um país da NATO).

Também o Movimento dos Países Não-Alinhados, que agrupa mais de 100 países que nasceram da luta anticolonialista — exigem firmemente o desarmamento geral e em particular o nuclear.

Nos próprios Estados Unidos, 3000 cientistas pediram a Reagan a suspensão dos testes nucleares e 6000 declararam publicamente a sua recusa em parti-

cipar no projecto de «guerra das estrelas». A própria Câmara de Representantes chegou a adoptar um projecto que proibia a realização de qualquer teste no período de um ano.

Na Assembleia Geral da ONU fica bem evidenciado quem se opõe ao fim da corrida aos armamentos. Na 40.ª sessão, em 1985, foram adoptadas quatro resoluções pelo fim de todos os ensaios nucleares. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França foram os únicos a votar contra os três primeiros projectos. No que respeita ao último contaram ainda com o voto contra de Granada!

A luta pelo fim dos testes nucleares conta já com sucessos. Em 5 de Agosto de 1963 foi assinado o Tratado de Moscovo, que proíbe os ensaios de armas e as explosões nucleares (mesmo com fins pacíficos) na atmosfera, no Espaço extra-terrestre e debaixo de água.

Em 1974 e 1976 dois novos acordos foram assinados entre a União Soviética e os Estados Unidos que impediam explosões subterráneas (respectivamente de carácter militar e pacífico) de uma potência superior a 150 quilotoneladas.

Os caminhos estão abertos. Hoje tudo é mais difícil ainda porque o que está em causa é dar um golpe decisivo no aperfeiçoamento das armas.

Mas são também superiores as forças da Paz. A arrogância do imperialismo, a declarada escalada armamentista em curso, exige mais ainda do movimento da Paz.

Série especial de selos emitidos pela Administração Postal das Nações Unidas para comemorar o Ano Internacional da Paz — um símbolo da suprema aspiração de todos os povos

«Ao serem informados do encerramento da fábrica, a 16 de Outubro, as operárias e os operários da «INFAL», no Montijo, decidiram formar a sua Comissão de Unidade e protestar em massa junto do patrão, exigindo a reabertura da fábrica e o pagamento dos 3 dias a que têm direito. (...)

Foi depois de 15 dias de luta persistente, firme e tenaz, durante os quais os operários se concentraram em massa 6 vezes no Sindicato, que chegaram a ocupar e onde discutiram com o presidente e o delegado do INT a sua situação, forçando-os a pronunciarem-se claramente sobre os seus direitos; foi ao fim de 6 concentrações em massa na empresa cujos patrões não queriam atender a justa reivindicação dos operários e apenas queriam pagar-lhes as férias; foi depois da ida da Comissão de Unidade a Setúbal, a cujo Tribunal de Trabalho se dirigiram para apresentar queixa contra o patrão; foi finalmente depois da insistência desta junto do INT, em Setúbal, e de 2 novas concentrações em massa no Sindicato para saberem a resposta definitiva do INT, foi só ao cabo de todas estas diligências, que traduzem um espírito de luta inquebrantável, que os valentes operários da «INFAL» conseguiram a vitória — a reabertura da fábrica.

(«Grande vitória dos operários da «INFAL» na luta contra o desemprego» — «Avante!», VI série, n.º 183, Dezembro de 1953)

Avante!

O «Avante!» não deve ser destruído.

Uma vez lido e estudado deve ser passado a um trabalhador honesto, de forma directa ou indirecta. Se for de forma directa, apesar de já pago pelo primeiro leitor, deve ser pedido de novo o seu pagamento. O dinheiro assim arranjado deve ser enviado para ser publicado numa rubrica de «Amigos do «Avante!»».

Devemos proceder de igual modo com toda a imprensa do Partido. A voz do Partido deve chegar a todo o lado onde haja trabalhadores honrados, onde haja homens, mulheres e jovens vítimas da exploração da camarlha salazarista.

(«Avante!», VI série, n.º 183, Dezembro de 1953)

Avante!

«A população do Vale do Vouga exige o comboio — Cerca de 200 pessoas, representando mais de 20 freguesias da região, reuniram-se em Macinhata do Vouga. No meio de grande entusiasmo, todos os presentes apoiaram a imperiosa necessidade do comboio e vários desmascararam os falsos pretextos invocados pelo governo para o seu desaparecimento. Diziam alguns: «Será que as automotoras também punham fogo à floresta?».

No final foi aprovado o envio de um telegrama ao Presidente do Conselho, ao ministro das Comunicações e aos Governadores de Aveiro e Viseu, reivindicando «providências urgentes, circulação imediata do comboio, pondo fim a tão angustiante situação».

Com o mesmo objectivo, foi enviado anteriormente, à Câmara de Águeda, um abaixo-assinado de Macinhata com mais de 1300 assinaturas.

A par destas acções, os camponeses da região prosseguem a sua luta pelo pagamento de justas indemnizações causadas pelos incêndios.

(«Comerciantes de Aveiro —

Mais de 100 comerciantes das freguesias rurais do concelho concentraram-se no Grémio, onde entregaram uma exposição sobre a situação em que se debatem e contra a desigualdade em que estão ante o protecçãoismo dado aos supermercados, nomeadamente nos horários estabelecidos pela Câmara.»

(«Lutas locais» — «Avante!», VI série, n.º 460, Dezembro de 1973)

URSS faz balanço do encontro de Viena

As trocas de opiniões registadas no encontro Pan-Europeu de Viena puseram a descoberto um confronto de atitudes para com a discussão sobre o cumprimento das alíneas dos documentos resultantes dos encontros análogos de Helsínquia e Madrid, afirmou Iuri Kachlev, chefe da delegação soviética em Viena e do Departamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS para os contactos humanitários e culturais, em recente conferência de imprensa realizada em Moscovo.

Segundo Iuri Kachlev, nesse confronto degladiaram-se, dum lado, a posição da URSS e de outros países socialistas, a favor da eliminação de todas as armas e ensaios nucleares e, do outro, a atitude norte-americana de prossecução da «guerra das estrelas», renúncia ao Tratado «Salt-2» de contenção dos armamentos e subversão do Tratado «ABM» de limitação dos sistemas de defesa antimíssil, em resumo, de destruição de praticamente todos os pilares da estabilidade estratégica a nível global.

A conclusão que se impõe é simples: o problema não é de equilíbrio, neste e noutros domínios, mas sim de vontade de acabar com a corrida aos armamentos.

A mulher

A igualdade e a discriminação

Neste final de 1986 vamos falar da Mulher. Da mulher

portuguesa no mundo do trabalho, para ser mais específico. E da contradição que existe na sociedade portuguesa, onde a par duma legislação das mais avançadas e progressistas do mundo, que consagra a plena igualdade de todos os cidadãos perante a lei, subsistem as mais profundas formas de discriminação da mulher. Se levantar os problemas, denunciá-los abertamente, é por si só importante e necessário, dizer da luta persistente para vencer essa situação não o é menos. Disso trataram na mesa redonda promovida pelo «Avante!», as camaradas Ilda Figueiredo, deputada do Grupo Parlamentar do PCP, Odete Filipe, responsável do Departamento de Mulheres da CGTP-IN e Fernando Morais, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas. A conversa foi longa, os dados abundam, os exemplos que nos propomos apresentar também, tal como informação vária e situações do maior interesse. Por isso — e porque a importância do assunto o justifica — este é um tema que vai continuar a ser abordado. Na verdade, este é um trabalho para dizer da Igualdade que ainda não há, mas que um dia vai haver. Da mulher, do homem, na sociedade que pretendemos justa e livre, consciente, progressista. A nossa.



■ **Carlos Almeida**
Anabela Fino

A mulher a igualdade e a discriminação

**O que a lei diz
e os
patrões fazem**

«Avante!» — A situação no mundo do trabalho por via da crise social e económica é grave. Qual o lugar, hoje, da mulher dentro desse quadro?

Ilda Figueiredo — Olha, a população activa feminina, actualmente, ronda um milhão e novecentos mil ou seja, a taxa de actividade feminina é, neste momento, da ordem dos 38 por cento. Este número revela que as mulheres continuam a procurar ter um emprego, ter trabalho, estar ocupadas numa profissão, o que nós consideramos, aliás, condição essencial para a emancipação da mulher: a sua independência económica através do exercício de uma actividade profissional remunerada.

No entanto, a taxa de actividade feminina já foi superior. Mas a situação actual de discriminação da mulher no mundo do trabalho, de desemprego, de trabalho precário, de contratos a prazo e, sobretudo, também, de dificuldades no acesso à promoção, à progressão numa carreira profissional a cargos de chefia e direcção e, mesmo, uma discriminação salarial, naturalmente que não são favoráveis ao aumento da taxa da actividade feminina.

Agravamento da situação da mulher no trabalho

Esta grave situação reflecte-se, como disse, também no campo salarial.

Em 1973, o salário médio da mulher era apenas cerca de 53 por cento do salário médio do homem. Com o 25 de Abril, com o estabelecimento do salário mínimo nacional, a mulher é quem vai beneficiar, sobretudo, da alteração da situação em Portugal. Assim, por exemplo, em 1979 o mesmo salário médio da mulher relativamente ao do homem era de 75 por cento. Neste momento, os últimos dados estatísticos disponíveis (Julho de 86) mostram que o salário médio da mu-

lher relativamente ao homem é apenas de 61 por cento. Portanto, isto já mostra a tendência que está neste momento a verificar-se no sentido do agravamento da situação de discriminação da mulher. Tudo aquilo que a mulher foi adquirindo de positivo, e altamente positivo depois do 25 de Abril, embora no plano legislativo ainda se mantenha, está no campo da prática, a regredir.

E isto não inclui, por exemplo, os trabalhadores agrícolas, nem o trabalho precário, apenas o trabalho a tempo completo, normal, nas empresas. Se entrássemos em linha de conta com essas situações o quadro seria bem pior.

Estes são aspectos, a nível global, que mostram o sentido do agravamento nos últimos anos da situação da mulher no mundo do trabalho. As primeiras a serem despedidas, as últimas a serem empregadas, uma taxa de desemprego elevada. O número oficial de mulheres desempregadas a rondar os 300 mil não é suficiente para demonstrar uma situação na realidade muito mais grave, que é o número de mulheres que estão a trabalhar em condições bastante más, de precariedade por um lado, mas sobretudo, do trabalho à tarefa sem qualquer regalia social, sem descontarem para a segurança social. Alguns dados do Orçamento de Estado deste ano mostram isso. Por exemplo, mostram que o subsídio de maternidade diminui em termos reais de 19 por cento o que quer dizer que muitas mulheres mesmo trabalhadoras, não estão neste momento inscritas na segurança social.

Formas de discriminação da mulher trabalhadora

«Avante!» — Vamos um pouco mais ao concreto. Quais as formas

que assume no dia-a-dia nas empresas a discriminação da mulher-trabalhadora?

Odete Filipe — O que nós verificamos é que, apesar de a nossa legislação estabelecer a igualdade de oportunidades em relação ao homem, a mulher é profundamente discriminada. Temos exemplos, nomeadamente no sector têxtil, em que a maioria são mulheres e em que elas não têm praticamente acesso às chefias. São secções predominantemente femininas, chefiadas, na maioria dos casos, por homens.

Outro dos problemas é o acesso das mulheres à generalidade das profissões. Independentemente da mulher ter a mesma possibilidade de acesso à profissão o que se verifica é que a mulher está, em grande parte, em sectores semiqualeificados e em categorias consideradas «femininas», secretária, dactilógrafa, enfermeira, etc.

Temos a este propósito o sector da hotelaria. A mulher ao longo dos anos foi remetida para a casa, para a cozinha, para as tarefas domésticas. No sector da hotelaria, se olharmos para o acesso a essas profissões, a mulher em geral está catalogada em empregadas de quarto, e o acesso à carreira de cozinheiro é maioritariamente dos homens. Nos grandes hotéis, nos grandes restaurantes dão preferência aos homens.

A situação da formação profissional revela igualmente a discriminação da mulher. Assiste-se, com a entrada na CEE, a um grande investimento no ensino e na formação profissional. Contudo, nós alertamos para o facto de esse ensino e essa formação profissional não terem nada a ver com as condições do País.

Mais uma vez, o exemplo da indústria têxtil é significativo. Num sector em que a maioria são mulheres, mulheres que praticamente têm a quarta classe e algumas são mesmo analfabetas, nos cursos de formação profissional para modelistas, eles exigem o 12.º ano. Mas temos também o caso da Siemens, em que aí os cursos são abertos mas só os homens os frequentam.

Temos, depois, a intolerável discriminação salarial: na mesma categoria profissional, os homens em muitos casos ganham mais que as mulheres. A empresa **Confecções Fafira, Lda.** pratica discriminações salariais com base no sexo, dado que os homens engomadores ganham o dobro das mulheres engomadoras, fazem o mesmo e as tabelas salariais são diferentes. Nas indústrias alimentares a mesma coisa.

A discriminação no acesso a ofertas de emprego é outro dos aspectos que prejudica a mulher no mundo do trabalho. O sexo não pode ser motivo para discriminação no acesso a qualquer emprego e constantemente verificamos que as ofertas muitas das vezes são feitas com base na discriminação das mulheres. Fazer o anúncio de um emprego exigindo o serviço militar cumprido é uma discriminação e uma ilegalidade. Da mesma forma quando se pede uma educadora de infância nunca pedem um educador.

Há, como se vê, muitas formas de



Ilda Figueiredo, Odete Filipe e Fernando Moraes na mesa-redonda com o «Avante!»

discriminação. As mulheres têm os mesmos direitos que os homens mas, na prática, não têm as mesmas oportunidades.

rança, deparam ainda nas empresas com a imposição de ritmos acelerados de trabalho provocando desgastes físicos e psíquicos que acabam na doença profissional.

Ritmos de trabalho e doenças profissionais

Um dos problemas mais graves hoje, e que está a provocar grande número de doenças profissionais é a questão dos ritmos de trabalho. As mulheres, apesar de terem um salário mais baixo, de trabalharem muitas vezes sem condições de higiene e segu-

A discriminação nas indústrias eléctricas

«Avante!» — Sabemos que as indústrias eléctricas empregam muitos milhares de mulheres. Como é sentida aí a discriminação?

Fernando Moraes — Nós representamos um sector — das indústrias eléctricas e electrónicas — onde a mulher é vítima, na realidade, de grandes

Iniciativas da CGTP-IN

Durante o corrente ano a Frente de Trabalho de Mulheres da CGTP — Intersindical Nacional levou a cabo uma série de iniciativas em diversos sectores que tiveram como objectivo central o debate da situação da mulher no mundo do trabalho. Entre elas, destacam-se as seguintes, que tiveram um total de 3100 participantes:

- Plenário Nacional da Federação da Alimentação, Bebidas e Tabacos;
- Plenário Nacional do Sector dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles;
- I Conferência da Mulher Agrícola do Sul;
- I Seminário das Indústrias Química e Farmacêutica;
- I Encontro das Mulheres Têxteis do Minho;
- I Encontro Nacional de Mulheres trabalhadoras da Função Pública;
- I Encontro Nacional das Indústrias Eléctricas e Electrónicas;
- Encontro Distrital de Mulheres trabalhadoras do distrito do Porto;
- Plenários distritais de mulheres trabalhadoras de diversos sectores de actividade nos distritos de Aveiro, Évora, Setúbal e Lisboa ■

RECEPCIONISTA

Com iniciativa para empresa de produção de meios áudio-visuais. Enviar curriculum e fotografia para o

EMPREGADA

PRECISO P/EXPEDIENTE DE ESCRITÓRIO

VENDEDORAS

Necessitamos para venda directa de confecção de senhora. Oferecemos: ordenado base + comissões + prémios, apoio profissional. Exigimos: capacidade trabalho. Experiência de vendas, full-time.

SECRETÁRIA DE DIRECÇÃO

Empresa com sede na Póvoa de Sto. Adrião, admite para desempenhar funções na área comercial, secretária que obedeça ao seguinte perfil:

- Curso de Secretariado ou equivalente
- Facilidade de relacionamento
- Sólidos conhecimentos de Inglês e Francês, falados e escritos
- Conhecimentos de informática (a nível de operação)
- Comprovada experiência profissional, preferencialmente na área comercial



discriminações. O nosso ramo de actividade emprega cerca de 70 800 trabalhadores. Estão distribuídos por quatro sectores. Dentro destes os mais importantes são a EDP pelo número de trabalhadores e depois os fabricantes pelo número de mulheres que empregam. Isto é, a EDP tem 24 mil trabalhadores e mulheres são cerca de 6 mil, ou seja, um quarto, e os fabricantes de material eléctrico empregam cerca de 36 500 trabalhadores e destes mais de 55 por cento são mulheres.

Este sector é também composto por multinacionais, que não vieram trazer nada de novo para o nosso país, a não ser algumas delas também os salários em atraso.

O contrato para este sector dos fabricantes, de 1972, já acentuava, tendo em conta a situação política que se vivia, a discriminação da mulher. Em particular, numa categoria que ainda hoje se mantém e que o patronato se recusa desde o 25 de Abril a rever, a 13.ª especialidade, onde englobadas todas as mulheres e enquadradas num grau que é o grau 10-A. Ora bem, esta especialidade é aquilo que faz com que a mulher seja pau para toda a obra. Sem carreira profissional, estas mulheres cumprem funções que se for um homem a desempenhá-las ganha muito mais que a mulher, já que são pagos como operários especializados.

Isto é de tal forma grave que na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) já foi dado conhecimento desta situação e vamos continuar a pressionar os órgãos do poder e, neste caso, as instâncias como a CITE para alterar esta situação.

Isto porque, estamos perante um patronato altamente reaccionário, quer

o português quer o das multinacionais que se recusa a negociar.

Em qualquer dos casos a mobilização é fundamental para vencer esta luta.

Esta é a situação de discriminação mais grave existente no sector. Mas existe uma outra igualmente importante.

No nosso sector, inclusive na EDP, salvo raríssimas excepções não se vêem mulheres em lugares de chefia. Há até mulheres da 13.ª especialidade com lugar de supervisoras e sem carreira profissional, isto em troca de alguns tostões mais.

A mulher e os prémios

Outro problema aqui levantado pela camarada Odete é o que se

prende com os prémios. Há prémios para tudo. Hoje, devido ao facto de a mulher auferir um ordenado baixo, não ter independência económica, por meia dúzia de tostões prefere correr o risco de nem sequer utilizar os direitos que a lei lhe confere.

«Avante!» — Já agora, só para esclarecer melhor, o que são exactamente os prémios?

Fernando Morais — Bom, existem prémios de mérito, prémios de assiduidade, prémios de produtividade, até prémios sobre prémios. Vejamos o caso da Siemens. As pessoas têm o prémio da assiduidade e depois sobre este prémio ainda têm um carro ou uma viagem à Madeira.

Ilda Figueiredo — Deixa-me dizer. A mulher perde o prémio de assiduidade, por exemplo se tem que ir com o filho ao médico. Não o devia perder

A CGTP-IN vai lançar, em 1987, uma campanha nacional pelo exercício efectivo dos direitos das mulheres

porque a lei permite que o faça, a mulher ou homem, mas como na generalidade das situações é a mulher que vai, é ela que perde o prémio. Por exemplo, a mulher fica grávida ou tem licença de maternidade. Esta licença não pode contar para nada, não pode ser nenhum entrave ao acesso da mulher ao que quer que seja. No entanto, também isso conta para que o patronato discrimine as mulheres.

As mulheres escolhem a luta

Já agora, gostava de introduzir outra questão. Apesar de todas as discriminações, da gravidade da situação aqui relatada por estes dois camaradas dirigentes sindicais, as mulheres continuam a querer ter uma profissão e a querer trabalhar. Os dados recentes sobre a taxa de actividade feminina, além da taxa global dos 38 por cento que já referi, mostra-o; a taxa de actividade feminina nas jovens até aos trinta anos ronda os 70 por cento.

Até aos 45 anos a taxa de actividade feminina é superior aos 50 por cento. O que significa que mesmo a mulher que já teve filhos, quer continuar a trabalhar, apesar de todas estas discriminações.

Odete Filipe — É já uma mudança de mentalidade...

Ilda Figueiredo — Exacto e isto mostra que a mulher está muito disposta a defender o seu posto de trabalho e há lutas importantes que os camaradas podem referir em diferentes sectores em que a mulher predomina, seja na têxtil, no campo da indústria ou do material eléctrico ou no sector de serviços.

Odete Filipe — Gostaria então, a propósito, de dar o exemplo de uma empresa corticeira, a Almolda Lima, em Aveiro, em que as mulheres estão a fazer piquetes de noite e de dia, não só na defesa dos postos de trabalho, mas também de salvaguarda da empresa.

Ilda Figueiredo — Pois, mas, depois vocês poderão dar muitos outros exemplos, a Reforma Agrária, a Centrel, a Grundig, nas têxteis, etc. casos em que as mulheres mantêm lutas recusando-se inclusivamente a ir para casa recebendo prémios elevados e mesmo com toda a propaganda oficial que hoje tenta de novo mandar a mulher para casa, novamente a ideologia do fado do lar, etc.

Fernando Morais — A luta na Centrel, no nosso sector, pela denúncia pública que existe é um símbolo da luta da mulher na defesa do seu posto de trabalho. ■

(conclui no próximo número)

A lei da igualdade

A Constituição da República Portuguesa consagra, no seu artigo 13.º, o princípio da igualdade, afirmando que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei e que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

Estas disposições gerais da lei fundamental (entre outras), têm vindo a ser especificadas em legislação respeitante aos diversos domínios da vida nacional, como é o caso do trabalho. O decreto-lei n.º 392/79, por exemplo, proíbe a discriminação baseada no sexo, garante a quem se sentir lesado o recurso aos tribunais, impede que se exerçam represálias contra quem reclama.

Visa-se com esta Lei da Igualdade no Trabalho e no Emprego que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades no acesso a qualquer emprego, ao exercício de qualquer profissão e a qualquer categoria profissional. As excepções previstas pela lei referem-se apenas aos casos em que é essencial à natureza da tarefa

em actividades como a moda, o espectáculo ou a arte ser de um ou do outro sexo, e quando a maternidade puder ser afectada.

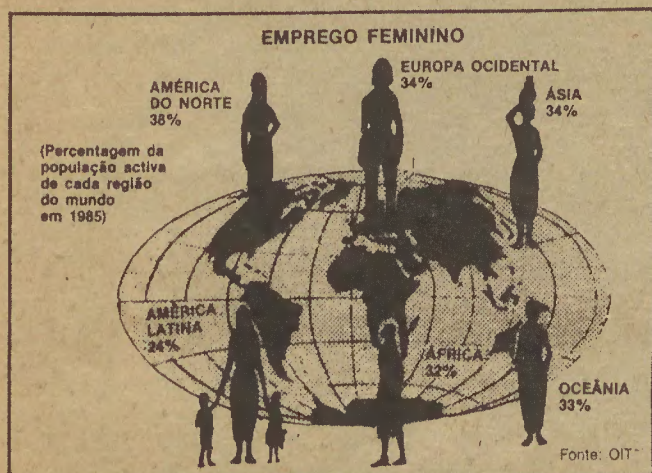
O desrespeito pela Lei da Igualdade é passível de sanções, podendo a entidade patronal ser punida com coima de 5000\$00 a 40 000\$00 (artigos 8.º e 9.º do decreto-lei n.º 491/85).

No entanto, qual a realidade que se vive no nosso país? Um olhar pelos jornais, nas secções de anúncios, dá-nos a resposta. A lei não é cumprida; a lei é sistematicamente violada; impunemente.

A luta pela igualdade passa por esta batalha. Utilizar todos os mecanismos legais existentes para a travar é não só um direito, mas também um dever. De todos os que são vítimas de discriminação ■

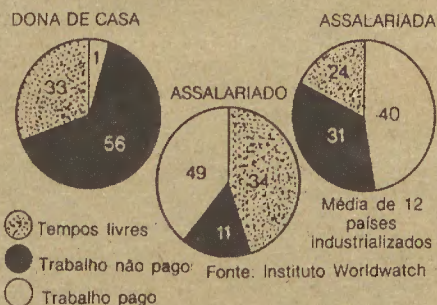
O decénio da Mulher, proclamado pela ONU, decorreu entre 1975 e 1985 e teve como objectivo contribuir para a melhoria da condição feminina.

Como se afirmava no relatório da ONU sobre o decénio, durante esse período a mira do planeta foi esta metade da população que, por causa de um acaso genético, cumpre no mundo dois terços do trabalho, recebe um décimo dos seus rendimentos e possui menos de um centésimo dos seus bens.



O TRABALHO DA DONA DE CASA

Que tenha ou não emprego cabem às mulheres os trabalhos domésticos



Se se calcular o valor de trabalhos domésticos em serviços equivalentes prestados por cozinheiras, mulheres de limpeza e enfermeiras, há muitos países em que ele chega a ser até metade do Produto Nacional Bruto (PNB). Fonte: OIT

Emigração

nos anos 80

Os portugueses dos anos 80 que não conseguiram ver realizadas algumas das esperanças emergidas no 25 de Abril anseiam, à semelhança dos seus pais, por novos horizontes de oportunidades que «em casa» lhes estão fechados. E lá vão, de novo, para onde quer que os chamem, na mira duma fortuna que só se encontra, segundo eles, no país dos outros. Partem muitas vezes sem passaportes, sem contratos, sem direitos. Até pagam para serem explorados, espoliados, aviltados. Começam então, para muitos, os pesadelos: alguns acabam em cadeias longínquas da Venezuela por serem encontrados sem papéis, ou ainda em aeroportos desconhecidos constatando, finalmente, que as promessas não passavam de mentiras destinadas a sugar-lhes dinheiro. Regressam então, com as malas cheias de dívidas e de amargura. Outros, trabalham escravizados em aldeias perdidas nos desertos da Arábia ou de Israel sem mesmo poderem partir por estarem despojados dos seus passaportes e dinheiro. Estes locais já foram baptizados de campos de concentração e as semelhanças não faltam, senão vejamos: horário

O reverso do sonho

de trabalho entre 50 a 60 horas semanais; prestação obrigatória de horas extraordinárias pagas muito abaixo das tabelas internacionais; trabalho em dias feriados obrigatório quando julgado necessário; negação dos direitos à doença, à previdência; das regalias e dos direitos sindicais; remunerações que muitas vezes ficam por pagar. Nestes locais, os trabalhadores vivem em condições de promiscuidade, subalimentação e falta de higiene aviltantes. Já entraram nos tribunais portugueses queixas apresentadas por

trabalhadores regressados desses campos, acusações que deram origem à condenação de uma empresa, a Luso-Suiça, a qual, como outras, continua no entanto a aliciar e a enganar impunemente os mais ingénuos. Se alguns emigram por intermédio de empresas angariadoras que fornecem mão-de-obra barata e dócil a transnacionais mediante uma determinada quantia por cabeça, outros são aliciados por charlatães que lhes prometem em troca de dinheiro contratos e fortunas para no fim serem lançados no mundo da

marginalidade como recentemente aconteceu com o sobejamente conhecido caso das jovens transmontanas caídas nas teias da prostituição em Espanha. Outros ainda partem, sozinhos, sem nada, com passaportes de turista ou sem eles, ao encontro de familiares ou conhecidos já emigrados, em direcção à Suíça ou no Canadá onde são considerados clandestinos mas tolerados enquanto úteis para a sua economia. Na melhor das hipóteses serão apelidados de temporários permanentes. Aí, são-lhes negados todos os direitos e regalias internacionalmente reconhecidas a

pretexto da sua alegada situação ilegal.

Se por um lado a baixa formação cultural, o analfabetismo e a desinformação dos trabalhadores portugueses favorecem a sua manipulação e propiciam a sua exploração tornando-se vulneráveis e ingénuos, o total e sistemático apagamento das instituições que têm por função proteger e informar os emigrantes portugueses (a Secretaria de Estado da Emigração e o Instituto de Apoio às Comunidades Portuguesas) detêm grandes responsabilidades na situação decadente em que muitos se encontram mergulhados. Sempre que apeladas a intervir num caso de irregularidade ou amoralidade, estas brilham pela sua inércia. De entre os países da CEE, Portugal é aquele que celebrou menos acordos e convénios com os países que acolhem os seus emigrantes para permitir que sejam reconhecidos aos nossos compatriotas os seus direitos fundamentais e respeitada a sua identidade. Urge portanto a elaboração de legislação específica que proteja os cidadãos portugueses emigrados para pôr termo a estes sistemáticos atropelos à sua dignidade. ■



Emigração clandestina

O preço amargo da exploração

Contratos a prazo, precaridade no emprego, tentativas de flexibilização das leis laborais, salários em atraso, desemprego, eis alguns dos aspectos mais gravosos a que continuam a estar sujeitos numerosos trabalhadores portugueses.

Tais condições não são, porém, exclusivo dos trabalhadores nacionais. Além fronteiras, variando apenas mais ou menos subtilmente na intensidade ou nesta ou aquela forma de exploração, tais fenómenos repetem-se, assumindo particular gravidade sempre que se trata de trabalhadores imigrados.

Em causa, como sempre acontece quando se trata de satisfazer a lógica e a divisa do grande capital — obtenção, por qualquer preço e por qualquer meio, do máximo lucro — está a exploração mais ou menos desenfreada de contingentes de milhões de assalariados.

O caso que a seguir se relata, recentemente denunciado no «Boletim Emigração», é exemplar e elucidativo desta dramática realidade. A história passa-se em França, poucos quilómetros ao sul de Paris, mais precisamente na região de Villejust-Villebon, e tem como protagonistas o gigante francês da construção civil, de nome Bouygues, e uma sociedade misteriosa que se diz portuguesa e que dá pelo nome de Rush, cujo papel é subalugar trabalhadores portugueses.

Condições chocantes

Tudo começa em Lisboa onde a referida empresa (Rush) recruta mais de 50 portugueses para trabalharem na que é considerada uma obra de

prestígio — a construção da nova linha de comboio «IVG-Atlântico».

Admitindo-se que venha a ser, quando concluída, a linha mais moderna do mundo — os transportes ferroviários do ano 2000 como gostam de lhe chamar — este grande empreendimento tem sido erguido, todavia, em condições que se podem classificar, no mínimo, como chocantes, submetendo muitos dos seus trabalhadores a formas, sem exagero, em tudo idênticas à escravatura.

Com efeito, os 50 portugueses viveram até Outubro último em barracas semelhantes aos bairros de lata dos anos 60 existentes em França, obrigados a trabalhar horas a fio, sem respeito por horários, alojados em grupos de três por barraca, sem condições mínimas, sem duchas adequadas e sem a necessária água quente.

Isolados, sem conhecerem a lín-

gua nem os seus direitos, dificilmente abrangidos pela lei francesa ou por regulamentos comunitários estes trabalhadores estiveram assim sujeitos a uma exploração desenfreada a que só a intervenção do sindicato e de outras instituições e o aparecimento de notícias nos jornais pôs definitivamente termo.

Lucros adicionais

Legítimo é perguntar, pois, se não foi graças à adesão de Portugal à CEE que o grande patronato descobriu mais um meio, a juntar ao trabalho clandestino, de compra de mão-de-obra barata sem problemas de

maior, proporcionando lucros adicionais.

Mas nesta história toda um outro aspecto surge como extremamente obscuro: a sociedade Rush, que dá para sede o n.º 28 no Campo Grande, em Lisboa, passa despercebida aos olhos de quem a procura. Sobre Rush parece não haver qualquer registo em Portugal. O que legitimamente sugere a pergunta: que empresa ou empresas de construção estão, então, por detrás da Rush?

Mas do que parece não haver dúvidas é de que se está em presença de uma grande negociata. Na verdade, o capitalista Bouygues, que recentemente alargou os seus tentáculos a outros ramos lucrativos e é um sério candidato à compra do primeiro canal

da televisão francesa, age por forma a aumentar os lucros à custa da exploração fácil e à margem da lei, se tal lhe for tolerado.

Governo cúmplice

Segundo dados da CGT, nos últimos cinco anos, 60 mil trabalhadores da construção civil naquela região francesa foram para o desemprego. Em contrapartida, para Francis Bouygues o assunto é simples: «tínhamos necessidade de pessoal», logo, nada mais fácil do que subalugar desempregados, vítimas da política de Cavaço Silva.

Agindo contra as condições de vida dos trabalhadores, o Governo torna-se assim inteiramente cúmplice, senão mesmo responsável pela situação de quase escravatura a que estão sujeitos cidadãos portugueses no estrangeiro. Efectivamente, os órgãos do Governo português colocam-se numa posição inaceitável porque não cumprem a sua missão de informar convenientemente os trabalhadores que saem do País, nem lhes proporcionam a necessária protecção legal.

Os termos concretos são diferentes, mas a realidade em nada difere da acção dos políticos fascistas que nos anos 60 se congratulavam ao assinar acordos de contratação de mão-de-obra com países estrangeiros, mas intencionalmente fugiam à missão de informar e proteger os emigrantes.

Nas condições de hoje, o Governo do PSD, ao tolerar tais práticas ofensivas da dignidade humana, coloca-se ao nível dos subalugadores de Bouygues e de Rush. ■

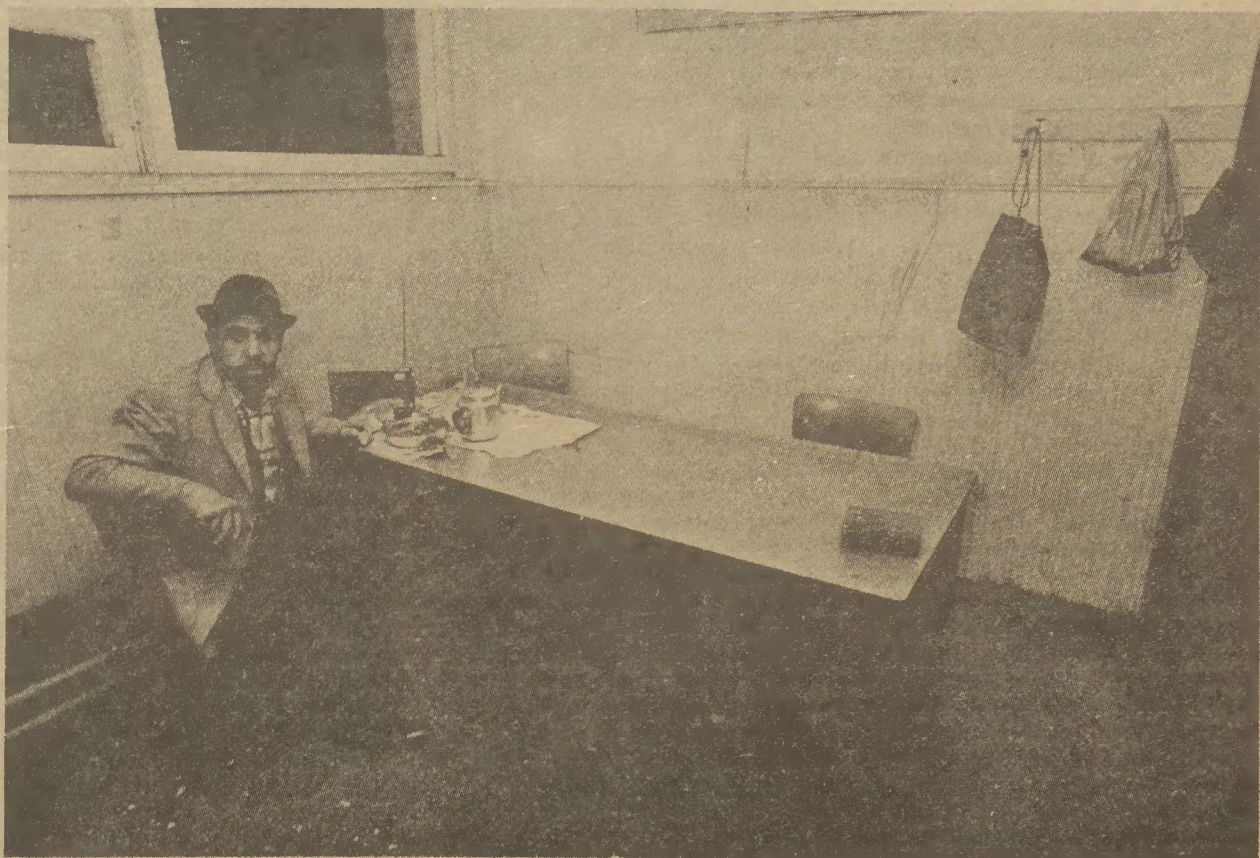
«Empresários europeus»

Em algumas cabeças nasce, por vezes, a ideia de que a autêntica prostituição da força de trabalho a que são sujeitos os portugueses obrigados a aceitar contratos no estrangeiro, é obra exclusiva de uma «chusma de patrões pequenos e vorazes». Os «empresários do século XXI», os «investidores, empreendedores, modernos e europeus», cuja chegada salvadora diariamente nos é anunciada pelos porta-vozes da reacção no poder, esses, são apresentados como gente de bem que conhece a Nazaré, o Estoril e o Alvor e «gosta muito dos portugueses». Francis Bouygues diz: «Eu acredito nos valores da empresa fundada sobre a combatitividade, a inovação, o progresso e o respeito pelos homens».

Ocupando o 16.º lugar na galeria das grandes fortunas francesas, com mais de 3 milhões e 270 mil contos de lucros «limpos» no 1.º semestre de 1986, o Sr. Bouygues é um amante do desporto e da cultura. Membro fundador do Comité de apoio à candidatura de Paris aos jogos da XXV Olimpíada, o Sr. Bouygues falhou o salto, pois os jogos foram para Barcelona. Alimenta no entanto muitas esperanças no seu veio cultural: comprar o 1.º canal da Televisão francesa, que a direita quer privatizar; é «a nossa prioridade número 1», disse o Sr. Bouygues à revista «l'Expansion».

Entretanto, depois das pilhas Wonder e do tratamento de águas, o Sr. Bouygues assenhorou-se do controlo dos grandes armazéns parisienses Trois Quartiers e Madelios, a 21 de Outubro passado. Construtor de Roissy 2, do Parque dos Príncipes, do Palácio dos Desportos, do Forum des Halles, da Universidade de Riad e do futuro Arco da Défense, o grupo Bouygues já havia engolido a SCREG, sua concorrente directa no campo das obras públicas.

Os seus 26 mil trabalhadores trazem capacete cor de laranja, mas mil distinguem-se dos seus colegas pois têm estrelas no capacete: são os melhores. Desconhece-se a quantas estrelas tiveram direito os 50 portugueses super-explorados em Villejust-Villebon, ou mesmo se tiveram capacete, confirma-se no entanto que o patronato grande e pequeno é sempre voraz face aos trabalhadores. ■



Remessas dos emigrantes

Factor de desenvolvimento ou instrumento

dos monopólios

Juntar dinheiro é o objectivo central da esmagadora maioria dos emigrantes. O dinheiro poupado servirá para tentar assegurar uma velhice sem problemas e para ajudar os filhos e netos a terem uma vida melhor.

À poupança, em inúmeros casos, tudo é sacrificado: a saúde que se desgasta nos ritmos e condições desumanas de trabalho que se aceitam, os filhos lançados no mercado do trabalho logo que a idade o permite ou as dificuldades escolares aparecem, a estabilidade familiar, os amigos, a cultura, a vida social e política. É frequente que só a partir dum certo grau de segurança material, consubstanciado em dinheiro no banco, propriedades e emprego ou negócio seguro, o emigrante retome o interesse por tudo o que sacrificou mas não esqueceu. Só que, frequentemente, é já tarde para recuperar.

A par do emprego (ou no caso dos emigrantes idosos ou sinistrados, a reforma ou a pensão) a questão da segurança dos bens adquiridos e da sua rentabilidade são os problemas mais sentidos pelos emigrantes. Do seu bom ou mau encaminhamento depende, em larga medida, o sucesso ou insucesso de um projecto, que o mesmo é dizer nesta lógica, para muitos, duma vida.

trangeiro. A venda da sua força de trabalho é aí a sua única fonte de rendimento.

Ao enviarem a maior parte, quando não praticamente todas as suas poupanças para o País, os emigrantes testemunham a sua vontade em regressar. É para as suas regiões de origem ou para aquelas onde se pretendem reinstalar que estas são canalizadas.

É incorrecto considerar que a atitude dos emigrantes perante as suas poupanças é de completa estreiteza individualista. Apesar dos sacrifícios a que se submete, a esmagadora maioria dos emigrantes compreendeu que a concretização do seu projecto passa também pelo progresso e desenvolvimento geral do País. É por isso sensível às iniciativas que se proponham mobilizar de uma forma séria as suas energias e disponibilidades nesse sentido.

Em praticamente todas as mais importantes e representativas reuniões de emigrantes estes reivindicaram ao Governo português a apresentação e concretização de projectos de desenvolvimento regional. Em inúmeros casos os emigrantes contribuíram por iniciativa própria para a realização de obras de alcance social ao nível das suas terras de origem.

Pensar no regresso

Desde 1977, até ao final de 1985, os emigrantes enviaram para Portugal, cerca de **1676 milhões de contos**, correspondendo a **20 026 milhões de dólares**. Este valor é bastante superior ao montante da dívida externa de Portugal acumulada em finais de 1985: **16 545 milhões de dólares**.

Em 1985 cerca de **82%** das remessas de emigrantes vieram de França (**43,9%**), dos Estados Unidos (**16,1%**), da RFA (**9,3%**), da Suíça (**8,2%**) e do Canadá (**4,5%**).

É importante salientar-se que, no essencial, as remessas são dinheiro de trabalhadores. A imensa maioria dos emigrantes que enviam as suas poupanças são assalariados no es-



«Está bom para mandar»

Durante anos, os governos de direita apresentaram-se como os garantes da segurança e da rentabilização dos bens dos emigrantes.

Entre os emigrantes o «está bom para mandar» significava que o valor do escudo continuava a baixar face às outras moedas e que as taxas de juro continuavam a subir.

Num país varrido pela fúria destruidora contra os trabalhadores e o 25 de Abril, as remessas dos emigrantes pesavam cada vez mais no rendimento das famílias. Em 1979, em Bragan-



Temporários na Suíça reclamam subsídio

Lançado em Setembro último por iniciativa de vários organizações de emigrantes, designadamente pelo Sindicato da Construção e Madeira, continua a suscitar apoio e adesão junto da comunidade portuguesa na Suíça um abaixo-assinado reclamando do Governo de Cavaco Silva a concessão de um subsídio de desemprego para os trabalhadores temporários portugueses durante os períodos anuais em que são obrigados a regressar ao nosso País.

Autorizados a trabalhar na Suíça apenas por períodos máximos de nove meses por ano — imposição das autoridades helvéticas destinada a evitar a permanência de imigrantes fora dos períodos de mais intensa actividade —, sem garantia de renovação dos contratos, os trabalhadores temporários pretendem deste modo uma contribuição que lhes permita minorar as dificuldades próprias da inactividade a que são forçados nos referidos períodos, subsídio esse que reclamam seja também extensivo aos trabalhadores que regressam definitivamente a Portugal.

No texto dirigido ao Governo português os subscritores apelam ainda para que este negocie com as competentes autoridades suíças no sentido de que o subsídio seja coberto pelo Seguro Suíço de Desemprego, tal como acontece, aliás, com os trabalhadores temporários dos países que fazem fronteira com a Suíça. ■



ça, 30,7% do rendimento das famílias provinha das remessas; em Viana do Castelo, 30,6%; na Guarda, 29%; em Vila Real, 25,8%; em Viseu, 21,1%; em Castelo Branco, 19,4%. Mesmo em distritos fortemente industrializados como Braga e Aveiro, as remessas contribuíam, respectivamente, com 15% e 16,9% para o rendimento das famílias. Desde 1979 até 1986, tudo indica que a situação se agravou.

A medida que os anos foram passando, as poupanças acumularam-se nos bancos. Os depósitos dos emigrantes, no total do valor disponível na banca passou de 20,5%, em 1981, para 27,1% em 1985. No final desse ano os depósitos de emigrantes atingiam 1125 milhões de contos. Eram seus 60,3% dos depósitos a prazo superiores a um ano. Em contas poupança-crédito estavam 133,5 milhões de contos.

A captação das remessas para financiar uma política que no plano nacional se virava contra os próprios emigrantes, foi sempre uma preocupação central da política de emigração da reacção.

Os governos do PS, do PSD e do

CDS foram incapazes de apresentar aos emigrantes um único projecto de investimento produtivo, mas, em contrapartida, todas as facilidades eram dadas à chamada «iniciativa privada» para captar as poupanças dos emigrantes. Das reuniões do Conselho

das Comunidades e do Congresso das Comunidades procurou o grande capital fazer tribuna em defesa da banca privada.

Os emigrantes porém raramente se aventuraram em projectos de duvidoso futuro. Para além da compra ou construção de habitação própria, a banca nacionalizada, apesar das campanhas de que era vítima por parte do próprio Governo, surgiu aos emigrantes como o local mais seguro e rentável para a colocação das poupanças.

Entretanto, o PCP chamava a atenção para os indivíduos, muitos deles estranhos à emigração, que, perante a complacência dos governos, se aproveitavam abusivamente das condições mais favoráveis de que beneficiavam as contas dos emigrantes.

Como se afirma no último Boletim da Emigração: «A defesa do interesse nacional e o respeito pelos bens dos emigrantes faz-se apresentando alternativas válidas. É significativo que durante anos os governos de direita não tenham dado resposta às reivindicações dos emigrantes no sentido de serem concretizados projectos de desenvolvimento regional onde com seriedade e garantia estes pudessem participar com as suas poupanças».

A legislação recentemente aprovada corresponde a uma nova fase do assalto da reacção para entregar as alavancas do poder económico ao grande capital monopolista.

Para além de procurar criar condições para financiar a sua política antidemocrática, o Governo PSD pretende transformar as poupanças dos emigrantes em fonte de gozo e lucro do grande capital empurrando-as para os bancos privados, a especulação financeira e outros instrumentos da política dos monopólios.

Entretanto, crescem nas comunidades portuguesas as manifestações de descontentamento face à política de Cavaco Silva colocando a exigência da sua demissão na ordem do dia. ■



Com cerca de cinco anos e meio de regular publicação — o primeiro número saiu em Junho de 1981 — o «Boletim Emigração» tem constituído um valioso instrumento de acção política e de esclarecimento dos emigrantes comunistas junto das comunidades portuguesas.

Da responsabilidade da Comis-

são Para o Trabalho entre a Emigração do PCP, o «Boletim» tem hoje uma tiragem de 11 mil exemplares, a maior parte da qual é dirigida à comunidade portuguesa existente nos países da Europa.

Se bem que a sua edição seja feita em Portugal, a maior parte das notícias contidas nas suas

quatro páginas A4 impressas a off-set são fornecidas pelos emigrantes membros do Partido, contribuição a partir da qual tem sido possível uma denúncia contundente dos malefícios da política de emigração de sucessivos governos bem como a abordagem dos problemas com que cada comunidade se defronta nos vários países.

No seu espaço informativo, um merecido relevo tem sido dado na rubrica «Breves de Portugal», à evolução da situação económica e social do nosso País, a par de um desenvolvido noticiário sobre as múltiplas iniciativas levadas a cabo pelos nossos compatriotas no estrangeiro.

Os mercados ao fim-de-semana, nuns países, e a distribuição porta-a-porta, noutros, a par ainda das festas e convívios ou das Associações e casas comerciais, têm constituído os locais privilegiados para a distribuição do «Boletim».

No Verão, para além da sua edição normal, a Comissão Para o Trabalho Entre a Emigração do PCP publica ainda um número especial dedicado aos emigrantes que vêm de férias a Portugal, «Boletim» cuja distribuição é assegurada com o apoio das organizações Regionais do Partido nas fronteiras de Vilar Formoso, Caia e Vila Verde da Raia. ■

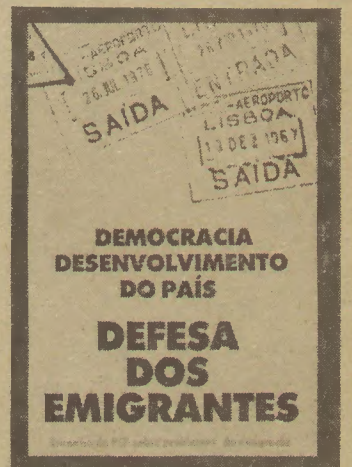
Dificuldades suplementares

No início de 1986, Cavaco Silva deu a entender na RFA que o Governo já não precisava das remessas dos emigrantes pois tratava-se agora de fazer com que estes regressassem e criassem empresas e postos de trabalho. Na altura perguntava-se no Boletim de Emigração do PCP: «Quando os trabalhadores emigrantes regressados se batem com tantas dificuldades necessitando de sério apoio, com que intenção se namoram os seus pequenos investimentos e negócios, atribuindo-lhes o papel de motor do progresso e desenvolvimento de Portugal?»

As declarações do Primeiro-Ministro tornam legítima a pergunta: para que novas armadilhas pretende o Governo PSD atrair as poupanças dos emigrantes?»

A resposta não tardou. A legislação que a partir de Junho deste ano passou a regulamentar as contas especiais de emigrantes nas instituições bancárias portuguesas confirmaram as preocupações expressas no Boletim da Emigração.

Ao mesmo tempo que dá cobertura legal às irregularidades e abusos cometidos por oportunistas de toda a ordem à custa da legislação anterior, o Governo cria dificuldades suplementares à constituição de depósitos a prazo e à concessão de crédito bonificado, sobretudo, aos novos emigrantes. A taxa de juro dos depósitos passou de cerca de 30% para 15,5% enquanto a taxa de juro dos empréstimos passou de 12 para 16,1%.



«Democracia, Desenvolvimento do País, Defesa dos Emigrantes». Foi sob este lema que decorreu no Verão de 1985 um Encontro do PCP sobre problemas da emigração no qual participaram mais de duas centenas de emigrantes provenientes dos vários continentes. Primeiro grande debate nacional sobre a problemática da emigração, o Encontro permitiu como na ocasião foi salientado uma «maior aproximação e conhecimento entre portugueses dentro e fora do País».

Decorrido cerca de ano e meio após a sua realização, as resoluções do Encontro, bem como as principais intervenções que preencheram o interessante e entusiástico debate então realizado, continuam na sua maior parte vivas e actuais.

São esses documentos, recolhidos em livro pela Comissão Para o Trabalho Entre a Emigração do PCP, que o leitor interessado por esta temática não deve perder. ■



Membros do Partido distribuindo o «Boletim Emigração», na fronteira de Vilar Formoso, no Verão do ano passado

Trabalhar mais para comprar menos

A Anop divulgou um estudo comparativo entre o poder de compra dos trabalhadores em 1978 e 1986, para um leque de produtos correntes como o pão, o leite, os ovos, a manteiga, o arroz, o bacalhau, o bife de vaca, o passe social, os sapatos, o tabaco, entre outros. E concluiu que, para um vasto leque de profissões, é hoje necessário trabalhar mais para comprar o mesmo. Refira-se, a título de exemplo, que, para quem receba o ordenado mínimo nacional, um quilo de pão custa hoje 52 minutos de trabalho, ou seja, quase uma hora. Como o estudo não entrou em linha de conta com os aumentos registados já este mês, é de admitir que o custo actual tenha já atingido uma hora inteirinha. Só para o pão.

Como o Governo passa a vida a dizer na televisão que todos estão hoje a viver melhor, o consumidor debate-se com um dilema assaz profundo: será que a qualidade de vida passa pela dieta forçada ou pelo consumo de televisão?

De acordo com o PM

Em recente deslocação ao Norte do País, o Primeiro-Ministro voltou à carga com uma montanha de promessas para 1987. Algumas deixam de cara à banda as pessoas mais «desarmadas». Como esta: «o nosso país será dentro de pouco tempo o que terá na Europa o crescimento mais rápido» (disse o PM em Gaia). É evidente que quem tiver os pés bem assentes na terra não acredita em promessas desse calibre, tanto mais vindas de alguém que deseja um «santo Natal» com aumentos de preços

nos bens essenciais. Mas, uma coisa é certa: do que o PM minoritário disse no Norte há uma curta passagem com a qual estamos de acordo. Referindo-se a 1987, Cavaco sublinhou que «há ainda muito por fazer», e que no próximo ano «Portugal terá mais progresso e mais prosperidade». Vejamos: do muito que há por fazer, uma das coisas será substituir o Governo minoritário do PSD por um governo que sirva o País e os portugueses, assente na confortável maioria democrática que existe no Parlamento; depois de concretizada esta

tarefa nacional, então sim, Portugal terá mais progresso e prosperidade...

O apoio está a faltar

Cansado de tanto pelejar pela nobre causa do verbo fácil e escorrito (ainda que as mais das vezes a abundância dos adjectivos não tenha a necessária correspondência na riqueza da prosa, mas também é um facto que não se pode pedir tudo) Vítor Direito, director do truculento Correio da Manhã, cedeu por momentos o seu lugar a um outro senhor, Virgílio Pereira Ramos. Por curiosidade, lá fomos à leitura dessa prosa inserta no número de ontem daquele jornal (?). O que vimos foi de pasmar. «Construir um país moderno» era o título. Respigámos umas frases ao acaso para que o leitor se deleite. Depois de apontar que o Governo de Cavaco Silva cometeu um «erro» ao aumentar os preços, descansa-nos VPR. Há razões que a razão não vislumbra, diríamos nós. É que «o Governo de Cavaco Silva merece credibilidade e apoio popular». E querem saber porquê? «Porque o primeiro-ministro já provou ter capacidade de liderança e de decisão, ser honesto e competente e estar identificado com o interesse nacional». Assim, sem papas na língua. Se não tem dinheiro para oferecer uma prenda ao seu filho, amigo leitor, descance porque o Primeiro tem capacidade de liderança. Se não tiver emprego, depois de bastante procurar, não se apoquente porque o Primeiro está identificado com o interesse nacional. Se não chegar ainda é porque... porque...

Preto no branco

Segundo parece está a vender-se muito bem, nos EUA, um livro publicado no princípio do ano pelo responsável do Orçamento na Casa Branca de 1981 a 1985, senhor David Stockman, cujo afirma, em substância e em posfácio, que «a economia e o governo americanos tornaram-se literalmente reféns da aterradora obstinação do 40.º presidente dos EUA». Segundo Stockman, quando Ronald Reagan deixar a Casa Branca, o défice acumulado durante oito anos da sua Administração terá ultrapassado «o montante espantoso de 1,5 biliões de dólares», o que deixará por «herança» ao próximo presidente uma dívida federal... triplicada. Entretanto, o sucesso do livro é explicado pela actual avidez do povo norte-americano em obter um «retrato a preto e branco» do presidente e dos seus mais próximos colaboradores. Não há dúvida que, face a quem «pinta a manta», nada melhor que a precaução de um olhar a preto e branco, mas caramba! Demorar seis anos para desconfiar dum troca-tintas tão óbvio como o Reagan, já é daltonismo a mais!

Pontos Cardeais

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Eram palavras redondas prometendo, murmurando, não queriam fazer ondas, mas sempre ondeando, ondeando. Nas bravas ondas do mundo alterosas, das procelas, fica pronto a ir ao fundo barco sem leme e sem velas...

Ondas no papo?
uma figa!
Mais um sopapo
na barriga
do Cavaco...

II

...E lá foi ao cumprimento de Cavaco, a ministrada. O Barreto, de espavento, no seio da maralhada sobressaía entre os servos grandes sorrisos dentários. Não estava alegre: eram nervos... nervos latifundiários...

Tremuras de vime
agro-sublime
de lacto-samba
na corda bamba
da queixa-crime...

III

O Cavaco tem um dom: é na aldrabice o Maior. Grita que o governo é bom, sabe a cassette de cor. Mas que teima, mas que som a cavaquice disputa: grita que o governo é bom — grita, mas ninguém o escuta...

Lábia ronhada
envenenada
deste bicho:
uma vassourada
e vai para o lixo...

IV

O Natal bem português é uma festa de alegria. E o que é que o governo fez? — Agravou a carestia! Se o dinheiro o pão encobre e nos causa tanto mal não é o rico, é o pobre a quem se rouba o Natal.

Se Cavaco em contra-luz viesse para ver Jesus ao presépio, mesmo ao pé, ó Menino, catrapuz!, ferrava-lhe um pontapé...



Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 679

30 de Dezembro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

*** Festas de FIM de ANO ***

* PORTO

CT da Boavista

Espectáculo

Discoteca — para dançar durante toda a noite

Petiscos — para comer e beber de vez em quando...

* LISBOA

Voz do Operário

A partir das 22 horas

Discoteca — Café-concerto — Vídeo em ecrã gigante

Projectão de filmes de longa metragem:

«2001 Odisseia no Espaço»

«Apocalypse Now»

«Canção de Lisboa»

«Aquele Inverno em Veneza»

Bar

* AMADORA

Recreios Desportivos

(ex-Cine-Plaza)

Baile Espectáculo Ceia

* FÂNZERES

Pavilhão

A partir das 22 horas

Discoteca Gigante

Efeitos Especiais

* S. BARTOLOMEU DE MESSINES

CT (em construção)

Jantar-convívio

Música

Surpresas

* S. JOÃO DA MADEIRA

CT

Baile-convívio

* SANTARÉM

CT da Carregueira

CT de Vale de Cavalos

CT de Alpiarça

Convívios, com celas

* MARINHA GRANDE

CT

Convívio

* ARRAIOLOS

Convívio

27.º Aniversário da Fuga de Peniche

Peniche — domingo, 4 de Janeiro

10.30 — Visita ao Forte, guiada por camaradas que participaram na fuga

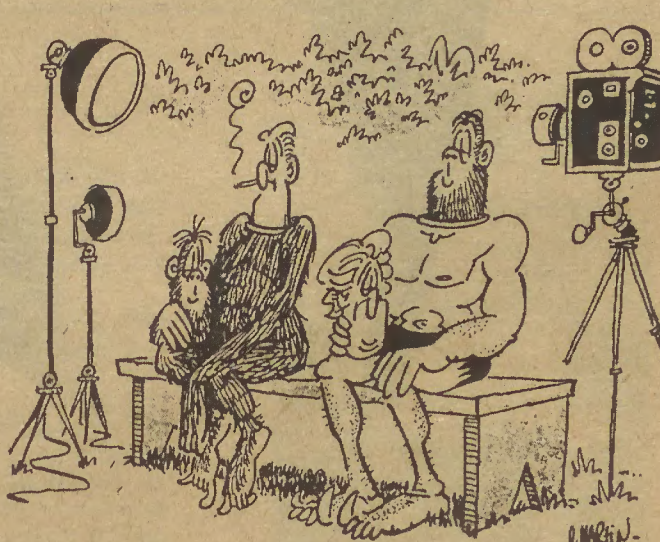
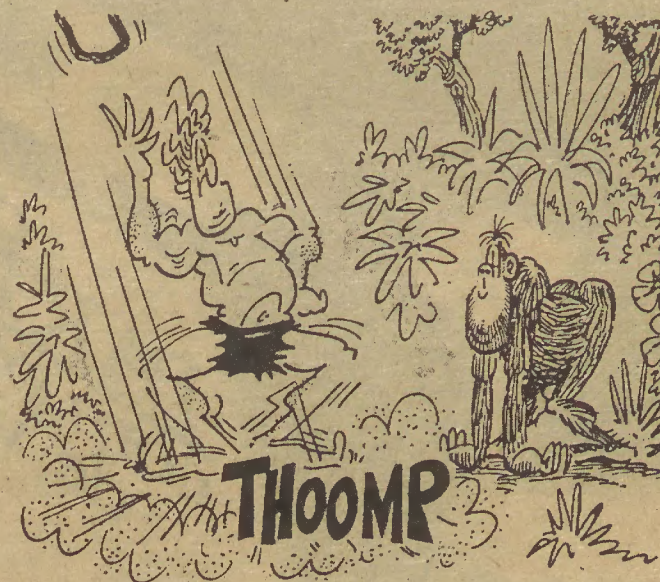
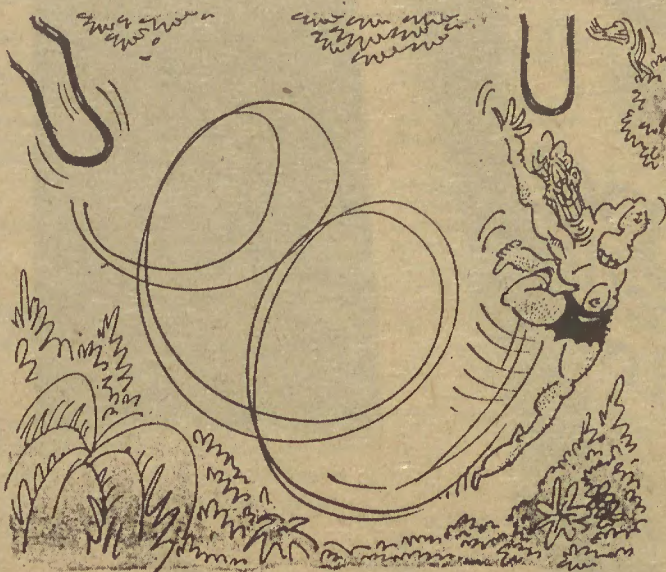
12.30 — Almoço-convívio

15.00 — Comício. Intervenção do camarada Dias Lourenço

(Organização da Comissão Concelhia de Peniche do PCP)



ANTOLOGIA



DON MARTIN — EUA — in «MAD» Outubro de 1967

TV O Programa

Terça

RTP1

- 10.10 — Às Dez
12.15 — Série: «Doce e Amargo» (últ. epis.)
13.00 — Jornal da Tarde
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Viva o Gordo
19.30 — Telejornal
20.00 — Boletim Meteorológico
20.10 — Telenovela: «Viver a Vida» (30.º epis.)
20.55 — Musical: Sammy Davis Jr.: «Peace and Love»
21.55 — Série: «Dempsey e Makepeace»
22.55 — 24 Horas
23.25 — Remate.

RTP2

- 15.00 — Agora, Escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Série: «Fama»
17.30 — Trinta Minutos com...
18.00 — Aves Migratórias: «O Pombo Torquaz»
18.30 — Estádio

- 19.30 — Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento
20.00 — Notícias
20.05 — Série: «5.ª Dimensão»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Cinemadois: «América, Relações de Classe», a partir do romance (inacabado) de Kafka. Real. Jean-Marie Straub e Daniel Huillet (RFA/França-1984, 125 min.) — *Estreia em Port.*

Quarta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — «O Vento no Salgueiro»
15.00 — Circo, Circo: (Série - 2.º prog.)
16.30 — Sequim de Ouro
18.05 — Peter Pan: (Bailado)
18.20 — Sumário
18.30 — Uma Janela Sobre o

- Mundo: (O 50.º aniv. da televisão na Europa)
19.30 — Telejornal
20.00 — Boletim Meteorológico
20.10 — Vamos Jogar no Totobola
20.20 — Telenovela: «Viver a Vida»



- 21.10 — Cinema: «Charada». Real. Stanley Donen. Interp. Cary Grant, Audrey Hepburn (EUA-1963, 114 min.)
23.15 — Programa de Fim de Ano.

RTP2

- 15.00 — Agora, Escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Série: «Fama»
17.30 — Trinta Minutos com...

- 18.00 — Aves Migratórias
18.30 — Estádio
19.30 — Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento
20.00 — Notícias
20.05 — Série: «5.ª Dimensão»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove



- 21.30 — Bailado: «Napoli», pelo Royal Danish Ballet.

Quinta

RTP1

- 09.00 — Missa: Transmissão directa de Roma
11.30 — Brinca Brincando

- 12.00 — Campeonato de Dança
13.00 — Notícias
13.05 — O Circo de Amanhã
14.05 — «Lisboa, Capital da Paz»: (espectáculo realizado em Lisboa)
15.30 — Concerto: «St. Nicolas», de Benjamim Britten. Coro e Orquestra do Conservatório Nacional, maestro Fernando Eldoro
16.15 — Relógio Mágico
16.45 — Walt Disney
17.35 — Concerto de Ano Novo: Orquestra Filarmónica de Viena, maestro Herbert von Karajan. Obras de Joseph Strauss e Johan Strauss
19.30 — Telejornal
20.00 — Mensagem do Presidente da República
20.15 — Cinema: «Um Violino no Telhado»
23.30 — 24 Horas.

RTP2

- 14.15 — Esqui: Saltos (transmissão directa)
15.45 — Festival de Knokke
17.50 — Circo
18.45 — Desenhos Animados
19.25 — «Bonnard: Memórias de uma Viagem»
20.00 — Notícias
20.05 — Série: «5.ª Dimensão»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — A Quinta do Dois.

Sexta

RTP1

- 10.00 — Às Dez
13.00 — Jornal da Tarde
13.30 — Documentário
14.00 — Walt Disney
15.00 — «A Família Minivier»
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Desenhos Animados
19.30 — Telejornal
20.00 — Boletim Meteorológico
20.10 — Telenovela: «Viver a Vida»
20.55 — Este é o Meu País
21.10 — Êxodos
23.30 — 24 Horas.

RTP2

- 15.00 — Agora, Escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Série: «Fama»
17.30 — Trinta Minutos com...
18.00 — Aves Migratórias
18.30 — Estádio
19.30 — Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento
20.00 — Notícias
20.05 — Série: «5.ª Dimensão»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Contraponto
22.30 — Série: «O Bravo Soldado Schweik» (8.º epis.)
23.30 — Uma Boa Idela.

Sábado

RTP1

- 09.00 — A Quinta do Dois (repetição)
10.45 — A Super Avózinha
11.15 — Juventude e Família
13.00 — Sumário
13.10 — Jornalinho
14.00 — Parlamento
14.30 — ABZ
18.45 — Super Trinta
19.45 — Totoloto
20.00 — Jornal de Sábado
20.35 — 7 Folhas

- 20.45 — Faz de Conta
22.50 — Série: «Os Investigadores» (últ. epis.)
23.50 — Cinema — Homenagem a Humphrey Bogart: «Relíquia Macabra», adaptação de «O Falcão de Malta», de Dashiell Hammett. Real. John Huston (EUA-1942).

RTP2

- 12.30 — Outros Mundos
13.00 — Os Anos Não Contam
13.50 — Meu Bicho Meu Amigo
14.05 — Os Pratos da Balança
14.30 — Novos Horizontes
15.00 — Quem Te Viu e Quem TV
16.00 — Troféu
20.00 — Cinema
21.30 — Ideias — Magazine Cultural
21.45 — Jazz
22.40 — Video Clube
22.55 — Troféu.

Domingo

RTP1

- 09.00 — Missa de Domingo
10.00 — A Vida Animal
10.30 — TV Rural
11.00 — Juventude e Família
12.00 — 70 Vezes 7
12.30 — O Almoço Está na Mesa: A preparação do «tofu» no Japão
13.00 — Viva a Música
13.55 — Série: «Os Roberts»
14.00 — Arco-Íris
15.35 — Cinema: «Promise to Keep»
17.20 — Clube Amigos Disney
19.00 — Série: «Espaço» (10.º epis.)
20.00 — Jornal de Domingo
20.30 — Histórias de Cidades: «Angra dos Três Heroísmos»
21.15 — Série: «Paraíso Adiado»
22.15 — Domingo Desportivo
23.20 — Dizem os Astros.

RTP2

- 10.00 — Troféu
12.30 — Magazine
13.00 — Caminhos
13.15 — Música na América
13.45 — Um Dia na Vida de...
14.15 — Série: F4 «Cindy»
15.00 — Troféu
17.00 — Fantasia e Realidade
17.30 — Série: «Love Joy» (1.º epis.)
18.30 — As Vagas do Tempo: O Poder Local de Abril e o renascimento das tradições municipalistas
19.00 — Entrada Livre
19.20 — As Fontes do Som
19.50 — 01 Magazine de Informática
20.05 — Série: «Os Anos Trinta»
21.00 — 6 Árias para Cesário



- 21.20 — O Mundo é um Palco: De Tchekov a O'Neill; o desenvolvimento do conjunto cénico pela colaboração de todos os agentes do espectáculo; a importância do encenador
21.15 — Cine Clube: «Intriga Internacional». Real. Alfred Hitchcock. Interp. Cary Grant (EUA-1959).

Mais uma vez não foi possível obter dos serviços da RTP a programação referente aos dias 5 e 6

Trabalhamos, Lutamos Vivemos com transparência

AVARO CUNHAL
O PARTIDO
com paredes de vidro

edições
Avante!
Recomendam

“Para aqueles que de fora observam o PCP e queiram com seriedade formar uma opinião sobre ele, decerto interessa saber como os comunistas concebem, constroem, explicam e desejam o seu próprio Partido. Propomo-nos dizer com verdade como somos, como pensamos, como actuamos, como lutamos, como vivemos, nós, os comunistas portugueses. Tudo será dito, tornando transparentes as paredes do nosso Partido, de forma a que quem está de fora possa observar o Partido como que através de paredes de vidro”.

A venda nas Livrarias
270 pág. - 300 Esc.

A verdadeira imagem do PCP

Cinema

A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
B	E.T.	—	—	★★★★	★★★★	★★★★
C	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	O Passageiro da Noite	—	★★	★★★	—	—
E	Quarto com Vista sobre a Cidade	★★	—	★★★★	—	★★★
F	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

Classificação de * a *****

A — Real. Woody Allen — Hollywood/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Lisboa.
 B — Real. Steven Spielberg — Amoreiras/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Martin Scorsese — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) Lisboa.
 D — Real. Alan Rudolph — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. James Ivory — Amoreiras/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 F — Real. Akira Kurosawa — Alfa/2 (15.00, 18.00, 21.00 e 00.15), Amoreiras/1 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00), Mundial/3 (15.00, 18.00, 21.00) — Lisboa.

Teatro

O Cartaz

LISBOA

A Barraca, R. Alex. Herculano, 70. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Os Policiais**, de Slawomir Mrozek, adapt. e enc. Hélder Costa.

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. **Isto é Maria Vitória**, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 5.ª a sáb./21.45, dom./17.00. **Memórias de um Corpo**, de José Figueiredo Mar-

tins, enc. Cucha Carvalheiro.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. De 3.ª a sáb./21.00, dom./16.00. **A Mulher do Campo**, de W. Wicherley, enc. Luís Miguel Cintra — Comp. Teatro da Cornucópia.

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a sáb./21.30, dom./16.00. **Aqui Há Fantasmagorias**. Texto e enc. de Henrique Santana.

Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 30. De 3.ª a sáb./21.30, dom./16.00. **Spateado**, de Richard Harris, enc. Varella Silva.

PORTO

Teatro dos Modestos, R. Gonçalves Cristóvão. 3.ª a sáb. 15.30 e 21 e 30, dom. 16.00. **O Jogo do Amor e do Acaso**, de Marivaux, enc. João



Paulo Costa — Grupo os Comediantes.

ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. 4.ª e 5.ª a b / 21.30, dom./16.00. **Galileu Galilei**, de Bertholt Brecht, enc. Carlos Avilez — Teatro Experimental de Cascais.

SETÚBAL

TAS, R. Balneário Dr. Paula Rego. 3.ª,

4.ª e 5.ª, 21.30. **O Auto da Barca do Inferno**, de Gil Vicente, enc. Carlos César.

Para Crianças

LISBOA

ABC, Parque Mayer, sáb. às 18.30. **Fechar os Olhos... Entra Na História**, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

Casa dos Tabuenes, Rua dos Poiais

de S. Bento, 75. B-2.ª, sáb./16.00. **A Rua dos Fantasmas**, de Javier Villafañe — Grupo de Teatro Maizum.

Comuna, Praça de Espanha, sáb. e dom., às 15.00. **Nós de um Segredo**, texto e enc. João Brites, pelo grupo «O Bando» (últimas representações).

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, (ao Calvário): Sáb. dom. e feriados/16.00. **O Canteiro Valdoso**, de Soledade Costa, enc. Ruy de Matos.

ALMADA

Academia Almadaense. Dia 1/16.00. **O Cavaleiro e o Dragão**, de José Jorge Letria, enc. Joaquim Benite — Grupo de Campolide — Comp. de Teatro de Almada.

LISBOA

Albertina de Sousa e Ana Galvão, pintura e gravura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9. 1.ª De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00 (até 14/1).

António José Martins — fotografias dos anos 30, temas rurais e marítimos. Ether/Vale Tudo..., R. Rodrigo da Fonseca, 25. De 3.ª a sáb./15.00 às 20.00.

Armando Passos e Manuel Amado, pintura. Gal. S. Mamede, R. Esc. Politécnica, 167. De 2.ª a 6.ª/10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.30.

Artesanato («Fazendeiro»), R. S. Pedro Alcântara, 63. 1.ª (até Dezembro).

Arqueologia, organizada pelo Inst. Port. do Património Cultural. Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16 (até 31/12).

Banda Desenhada Portuguesa (a História de Portugal na BD portuguesa). Livr. Barata, Av. Roma, 11-A. De 2.ª a sáb./10.00 às 23.00 (até 31/12).

Colectiva (Alberto Carneiro, Cabrita Reis, G. Parente, João Vieira, José Guimarães, Julião Sarmento, outros). Atelier de António Inverno, R. Emenda, 66. 3.ª. De 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 14.30, às 18.00 (até 30/12).

Colectiva de pinturas e escultura — selecção da mostra «Arte Portuguesa dos anos oitenta» apresentada na V Bienal de V. N. de Cerveira. Espaço Poligrupo/Renascença, R. Ivens, 14. e 2.ª a 6.ª/9.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 10/1).

Cristina Iglésias (Espanha), escultura. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a 6.ª, 15.00 às 20.00 (até 31/12).

David Almeida, gravura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A.

Estado Novo — das origens ao fim da autarquia, fotográfica, e documental sobre o período 1926-1959. Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.30 (até 30/12).

Fernando Ançã e Silva Palmeira, pintura. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a sáb./10.00 às 13.00 e 14.30 às 19.30 (até 31/12).

Gil Montalverne «Fantasquímica», fotografia. Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian (Piso 01).

De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Gordillo, jóias. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. só de manhã (até 31/12).

Ilustrações de livros para crianças, França, séc. XX: «Petits Yeux, Grandes Images». Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 31/12).

Iniciação têxtil — trabalhos dos alunos do sector têxtil da António Arroio. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até Abril).

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses, iconográfica e documental. Museu de Etnologia, Av. da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom./10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00.

João Cutileiro — «O Nu e o Vestido», escultura. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 30/12).

João Hogan, pintura. Gal. Ana Isabel, R. Emenda, 111. 1.ª. De 2.ª a sáb./14.00 às 19.00 (até 31/12).

João Queiroz, pintura. Gal. A Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom./15.00 às 20.00 (até 29/12).

Luis Martinho, pintura. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 31/12).

Manuel Rosa, escultura em pedra. Gal. Módulo, Av. António Aug. Aguiar, 56. 5.ª-D. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 15/1).

Mário Cesariny, pintura — acrílicos «assinados e recomendados pelo autor». Assírio & Alvim, R. Passos Manuel, 67-B. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00.

Miranda Justo, pintura recente. Gal. Quadrum, R. Alberto de Oliveira (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 31/12).

Nadir Afonso, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).

Pinturas de índios da América Latina («Palavras Pintadas»): «Índios da Amazônia», econográfica e documental. Museu de Etnologia, Av. da Madeira ao Restelo. De 3.ª a dom./10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00.

Rui Filipe, pintura. Gal. R75, R. Castilho, 75-C. De 2.ª a

sáb./14.00 às 19.30 (até 9/1).

Sousa Lara, fotografia. Gal. S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 3.ª a sáb./11.00 às 13.00 e 15.00 às 20.00 (até 12/1).

Tradições, presépios e outros objectos da tradição natalícia — iconográfica e audiovisual. Sala de Exposições Temporárias do CAM-Fundação Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 6/1).

Três Séculos de Ourivesaria Hispano-Americana (séc. XVII a XIX). Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 31/1).

Estoril

Espiga Pinto, pintura. Até 12/1, Museu Municipal. EVORA.

Guilherme Parente, aquarelas e gravuras. Gal. Lapub, R. D. Luís I, bloco 2. Das 16.00 às 19.00 (até 8/1). FIGUEIRA DA FOZ

A Europa na gravura do séc. XVIII, (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA.

Helena Mata, pintura. Até 4/1, Pousada do Castelo. PALMELA.

Manuel Guerreiro, pintura. Até 30/12, Museu Municipal. SANTIAGO DO CACÉM.

Arte Indo-portuguesa. Das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às

17.00 (até 2/2) Convento de Jesus. SETÚBAL.

Setúbal ontem e hoje, documental. Junta de Freg. de S. Sebastião. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 14.00 às 19.00, Sáb. e dom. só à tarde. SETÚBAL.

Ourivesaria — Colecção do Palácio Nacional da Pena (até 31/1). Palácio da Pena. SINTRA.

Francisco Nunes de Oliveira, «Palácios Imaginários» (até 6/1), Galeria de exposições temporárias do Palácio Nacional da Pena. SINTRA.

«O Algarve e os Seus Artistas» — colectiva (6.ª Exposição de Artes Plásticas). Gal. de Artes Plásticas de Tavira, diariamente/10.00 e 15.00 às 19.00 (até 6/1). TAVIRA.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Kira, pintura. Museu Tavares Preença Jor. (até 31/12). CASTELO BRANCO.

Américo Silva — «Des-Construções», fotografias e objectos; **Monteiro Gil** — «Fotografias»; **Rodrigo Cabral**, pintura. Circulo de Artes Plásticas, R. Castro Matoso, 18 (até 31/12). COIMBRA.

Almeida Fernandes, pintura — «O Olhar e o Gesto no Egipto Antigo». Até 7/1, Gal. de Arte do Casino. ESTORIL.

Estoril

Espiga Pinto, pintura. Até 12/1, Museu Municipal. EVORA.

Guilherme Parente, aquarelas e gravuras. Gal. Lapub, R. D. Luís I, bloco 2. Das 16.00 às 19.00 (até 8/1). FIGUEIRA DA FOZ

A Europa na gravura do séc. XVIII, (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA.

Helena Mata, pintura. Até 4/1, Pousada do Castelo. PALMELA.

Manuel Guerreiro, pintura. Até 30/12, Museu Municipal. SANTIAGO DO CACÉM.

Arte Indo-portuguesa. Das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às

17.00 (até 2/2) Convento de Jesus. SETÚBAL.

Setúbal ontem e hoje, documental. Junta de Freg. de S. Sebastião. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 14.00 às 19.00, Sáb. e dom. só à tarde. SETÚBAL.

Ourivesaria — Colecção do Palácio Nacional da Pena (até 31/1). Palácio da Pena. SINTRA.

Francisco Nunes de Oliveira, «Palácios Imaginários» (até 6/1), Galeria de exposições temporárias do Palácio Nacional da Pena. SINTRA.

«O Algarve e os Seus Artistas» — colectiva (6.ª Exposição de Artes Plásticas). Gal. de Artes Plásticas de Tavira, diariamente/10.00 e 15.00 às 19.00 (até 6/1). TAVIRA.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Kira, pintura. Museu Tavares Preença Jor. (até 31/12). CASTELO BRANCO.

Américo Silva — «Des-Construções», fotografias e objectos; **Monteiro Gil** — «Fotografias»; **Rodrigo Cabral**, pintura. Circulo de Artes Plásticas, R. Castro Matoso, 18 (até 31/12). COIMBRA.

Almeida Fernandes, pintura — «O Olhar e o Gesto no Egipto Antigo». Até 7/1, Gal. de Arte do Casino. ESTORIL.

Estoril

Espiga Pinto, pintura. Até 12/1, Museu Municipal. EVORA.

Guilherme Parente, aquarelas e gravuras. Gal. Lapub, R. D. Luís I, bloco 2. Das 16.00 às 19.00 (até 8/1). FIGUEIRA DA FOZ

A Europa na gravura do séc. XVIII, (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA.

Helena Mata, pintura. Até 4/1, Pousada do Castelo. PALMELA.

Manuel Guerreiro, pintura. Até 30/12, Museu Municipal. SANTIAGO DO CACÉM.

Arte Indo-portuguesa. Das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às

17.00 (até 2/2) Convento de Jesus. SETÚBAL.

Setúbal ontem e hoje, documental. Junta de Freg. de S. Sebastião. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 14.00 às 19.00, Sáb. e dom. só à tarde. SETÚBAL.

Ourivesaria — Colecção do Palácio Nacional da Pena (até 31/1). Palácio da Pena. SINTRA.

Francisco Nunes de Oliveira, «Palácios Imaginários» (até 6/1), Galeria de exposições temporárias do Palácio Nacional da Pena. SINTRA.

«O Algarve e os Seus Artistas» — colectiva (6.ª Exposição de Artes Plásticas). Gal. de Artes Plásticas de Tavira, diariamente/10.00 e 15.00 às 19.00 (até 6/1). TAVIRA.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 12/1). TORRES NOVAS.

Colectiva (Bual, Cargaleiro, Lima de Freitas, Luís Filipe de Abreu, Relógio). Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00, sáb./10.00 às 13.00 (até

a TV

Menos e mais

A classe operária em França tem mantido um alto nível de combatividade, no contexto da oposição popular à política de Chirac cada vez mais abalado — e abanado.

Vimos pelo jornal. O Governo de Chirac entrou já, decididamente, pelo caminho da violência. A polícia de choque entrou em acção, com a habitual rudeza.

É sempre assim. Quanto menos um governo tem razão, mais violência usa. Vem nos livros...

Um jeitinho ao Freitas...

Há quem lhe chame ideólogo, há quem lhe chame sociólogo. Mas as pessoas de pensamento sério chamam-lhe outras coisas menos... saborosas.

Aí esteve ele, decadente mas eufórico, o Glucksman. Ao lado do Freitas do Amaral, pois de quem houvera de ser! Raramente se terá visto confusão mais diabólica, as mais das vezes pouco original, seja dito. Fogo de artifício de péssima qualidade. Alguns cavalheiros por aí da Nova Esquerda e da Direita Nova, até deviam sentir-se envergonhados, tão excessivo foi o invertibradismo.

Jornal das Nove não perdeu pitada. Realmente, seria imperdoável. Depois, que diabo, um jeitinho ao Freitas nunca se recusa.

CDS: o 31 de boca...

Fala-se em Freitas do Amaral e aparece logo o nome de Adriano Moreira.

Lá veio este dividido em duas partes: mais recriminativo no **Jornal das 24 Horas**, mais comedido e rédea-curta, no **Telejornal**.

Mas nada de novo: palavras agrestes apoios doces. Contra o Governo, mas a favor do Governo, conhecem o género? O chamado trinta e um de boca.

Note-se este mimo:

— Quer dizer então que neste caso (a cessão das ondas) o Governo foi inconsciente?

— Eu direi que foi imprudente...

Pois, a delicadeza é muito bonita...

Confusão a granel

Ondas. Ondas. Muitas ondas na Televisão a propósito da **Lei da Rádio**. Entrevistas, depoimentos, reportagens da Assembleia da República, comentários, etc. Palavras a granel.

Mas o conhecimento real da situação não acompanha a avalanche das referências. Tudo se passa como se os «malandros» dos deputados da oposição quisessem espoliar a Rádio Renascença, coitadinha, dos seus legítimos direitos. Já se desenha a criação, artificial e indesculpável, de uma questão religiosa.

Quem lucra com isso?

Vade retro, satanás!

Notícia do Telejornal começa assim: «Vinte e quatro portugueses vão passar este Natal em liberdade.»

Viemos depois a saber que se tratava de presos que beneficiarão de um período de férias. Como está redigida, porém, a notícia causa um certo... alarme.

Só 24?... Que diabo, não vale a pena também exagerar...

Mas as crianças, senhor!

O **Tempo de Antena** da CGTP-IN teve méritos e não pequenos. Um dos mais importantes relaciona-se com o aspecto informativo. Foi por ele que os portugueses souberam da exploração do trabalho infantil em Portugal. Crianças de 13 anos são obrigadas a trabalhar em várias regiões do País, completamente desabrigadas de qualquer protecção.

Esta realidade não no-lo é dada pelos serviços informativos da RTP. Esses têm mais que fazer: colóquios, simpósios, os congressos dos senhores importantes, bem comidos e bem bebidos.

Crianças? Essas são boas para compor umas flores de retórica e demagogia. Decerto que é nas crianças de Famalicão que o Cavaco pensa quando deseja, pela TV «um santo Natal».

Neutralidade... a favor dos criminosos...

A ultradireita tem **tempo de antena** garantido e gratuito na televisão. Assim, sem mais nem menos, com o maior desplante. Aproveita-se para fazer a publicidadezinha ao «Século...».

Lá vai ele, o Nogueira Pinto. Todos os domingos. Propaganda anticomunista, sem o menor disfarce. E, como seria o cúmulo apresentar os porta-vozes da Renamo e da UNITA (por enquanto, é claro, a malta ainda está em rodagem...) levam alguém que emite opiniões do género: no que respeita às novas nações africanas, ex-colónias portuguesas, não «se» sabe ainda quem vai ganhar a guerra que se move no seu interior logo, o Governo português devia abster-se de tomar partido por uma das partes...

Esta opinião não é refutada por ninguém, não há discussão. Transforma-se numa afirmação, com todo o peso que a TV lhe confere.

Comentários, para quê?...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

48 minutos de trabalho para comprar 1 kg de pão!

Nesta altura há quem faça os «balanços» do ano. Da política ao desporto, das coisas do quotidiano aos

«sensacionalismos» dos últimos 12 meses. E há até quem se preocupe com eleições... Explicando melhor: há quem escolha «os mais» nisto, naquilo e também noutra matéria qualquer — os «mais do ano» que acaba. Lendo a imprensa destes dias encontra-se de tudo... Um jornalista da Anop não se ficou por balanços do ano e avançou um estudo sobre o poder de compra dos trabalhadores portugueses nos últimos 8 (oito) anos. Aí se conclui que a política de direita originou, por exemplo, esta situação: pão, leite, ovos, manteiga, arroz, bacalhau, bife de vaca, passe social, sapatos e tabaco são hoje em dia mais caros, em termos reais, do que em 1978. E já agora outro exemplo: um trabalhador da panificação precisa de trabalhar, em média, 48 minutos para comprar um quilo de pão. Há oito anos atrás bastavam-lhe 33 minutos...

■ O estudo é feito tendo por base o salário mínimo nacional e os salários médios ponderados de oito sectores, designadamente metalúrgicos, mineiros, construção civil, têxteis e vestuário, panificação, hotelaria, ferroviários e bancários, de acordo com informações dos respectivos sindicatos.

Os preços utilizados são os de doze bens e serviços, precisamente os mesmos que foram analisados em idêntico estudo feito há oito anos pela Anop. Trata-se de preços médios de qualidade média ou fixados administrativamente, mas não foram tidos em conta os aumentos decididos durante o presente mês. (...)

O estudo divulgado pela Anop não pode ter em conta as variações dos ordenados reais em relação aos contratuais, por não existirem dados estatísticos actualizados, nem factores como a periculosidade do trabalho, condições de higiene e segurança e dureza do trabalho.

Outros elementos importantes que não são analisados são o nível de desemprego, os salários em atraso, o não cumprimento da contratação e situações de subemprego.

Bens essenciais

• Preços de bens essenciais como o pão e o leite aumentaram, em termos reais, nestes últimos anos, o mesmo acontecendo com os preços dos ovos, bacalhau, bife de vaca, arroz, manteiga, e também os dos sapatos, do tabaco e do passe social. Apenas se verificam descidas nos preços do vinho e dos bilhetes de teatro.

O valor real do salário mínimo nacional baixou sensivelmente de 1978 para 1986, e torna-se agora necessário a um trabalhador que afaia esse salário empregar 21 horas de trabalho para comprar o passe social L1, enquanto há oito anos gastava 16 horas e 22 minutos para pagá-lo.

Os sectores onde o poder de compra foi mais drasticamente reduzido foram os da panificação, construção civil e mineiros, enquanto aqueles em que os salários reais se mantiveram próximos do nível anterior foram os dos bancários e dos têxteis e vestuário.

Para comprar um quilo de pão,

que custava 18 escudos, e hoje custa 100 escudos todos os trabalhadores abrangidos pelo estudo têm de trabalhar mais tempo, incluindo os que o fabricam. Efectivamente, cada quilo de pão «custa» a um trabalhador da panificação 48 minutos de trabalho, e antes «custava-lhe» 33 minutos. Quem recebe salário mínimo é quem tem o pão mais caro, pois paga actualmente por cada quilo 52 minutos de trabalho. Para quem trabalha na construção civil, o pão de quilo custa 40 minutos de salário, para os têxteis 39 minutos, para a hotelaria 38 minutos, para os mineiros 37 minutos, para os metalúrgicos 35 minutos, e para os ferroviários 27 minutos. Finalmente os bancários gastam 14 minutos.

O leite (que passou de 15 para 66 escudos o litro) também exige hoje mais trabalho do que em 1978, excepto para os trabalhadores dos têxteis e vestuário e para os bancários e hotelaria. Os ferroviários compram um litro de leite pelo mesmo preço que pagavam há oito anos. Os que recebem salário mínimo e os trabalhadores da panificação são os que gastam mais minutos para comprar leite.

O preço do arroz teve um aumento acentuado (de 15 para 120 escudos), chegando a duplicar para os trabalhadores que ganham salário mínimo, os quais pagam hoje em dia uma hora e dois minutos por cada quilo, quando antes pagavam 31 minutos. Os trabalhadores da panificação gastavam em arroz 28 minutos e hoje já têm de pagar o equivalente a 58 minutos por cada quilo.

Ovos, bife e manteiga

• Os ovos custavam, em média, 35 escudos e hoje estão a 160 escudos a dúzia e isto equivale a 1 hora e 23 minutos de trabalho para quem tem o salário mínimo, enquanto um bancário gasta 23 minutos. Têxteis e bancários registam uma diminuição na «despesa» de tempo para comprar ovos, e o mesmo lhes acontece com o bife de vaca que exige a um bancário 2 horas e 23 minutos. Para quem ganhe salário mínimo, um quilo de bife de vaca «custa» 8 horas e 40 minutos de trabalho, e preço aproximado a este é atribuído à

panificação — 8 horas e 3 minutos.

O preço da manteiga é outro dos que tiveram um aumento muito pronunciado, de 120 para 780 escudos o quilo. E assim todos os trabalhadores têm de trabalhar mais tempo para comprar este produto quase de luxo. Seis horas e 46 minutos é quanto gasta num quilo de manteiga quem tem salário mínimo, e 6 horas e 17 minutos os da panificação. Para ambos os sectores, o preço é sensivelmente o dobro do que era há oito anos.

Têxteis, hotelaria, ferroviários e bancários pagam hoje bacalhau com menos tempo de trabalho do que há oito anos, mas os outros sectores têm de despendar mais tempo de trabalho para comprá-lo. Custava 200 escudos e hoje 900 escudos o quilo.

O preço do vinho corrente subiu de 40 para 80 escudos, mas efectivamente baixou nestes oito anos. Para quem ganha salário mínimo, o vinho corrente «custa» hoje 42 minutos, e há oito anos custava 82. Para um têxtil, cada litro de vinho custa 31 minutos e custava 78. E para um bancário o «preço» baixou de 28 para 11 minutos.

Transportes sapatos, teatro e tabaco

• Apenas os operários do sector têxtil e de vestuário trabalham hoje menos do que há oito anos para pagar um passe social L-1, enquanto um bancário precisa de trabalhar aproximadamente o mesmo. O preço passou de 480 para 2425 escudos.

Um trabalhador com salário mínimo deve trabalhar 21 horas e um minuto para comprar aquele passe e um bancário compra-o com 5 horas e 48 minutos de trabalho.

Um par de sapatos de homem (com o preço médio de quatro contos, que era de 700 escudos em 1978) custa 35 horas de trabalho a um trabalhador com salário mínimo, enquanto um metalúrgico deve trabalhar 23 horas e meia para adquiri-lo, um padeiro 32 horas e um bancário 9 horas e meia.

Os bilhetes de teatro compram-se hoje com menos horas de trabalho embora tenham aumentado de 240 para 450 escudos. Um bancário que precisava de quase três horas de trabalho para comprar dois bilhetes de teatro necessita agora de pouco mais de duas horas. E quem tem o salário mínimo pagará 7 horas e 48 minutos e antes pagava 8 horas e 11 minutos.

Finalmente, os fumadores precisam de trabalhar mais tempo para comprar um maço de tabaco, que tinha preço médio de 20 escudos e hoje custa 107\$50. Quer isto dizer que quem tem salário mínimo fuma um maço de tabaco com 56 minutos de trabalho em vez de 41, um metalúrgico passou de 29 para 38 minutos, um têxtil de 39 para 42, um bancário de 14 para 15 minutos.

Damas

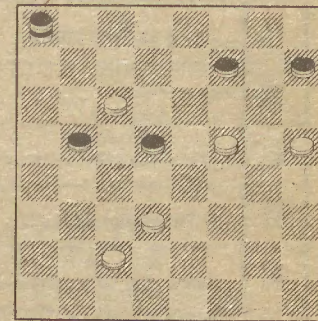
LXXXIII — 30 de Dezembro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 83

Por: Amadeu Martins Coelho
— Boliqueime

«Cidade de Tomar», 12.III.1950

PR.: 19-20-25-26-(32)



Br.: 7-11-17-18-23

Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 83

I Campeonato de Portugal (oficioso)
Lisboa, 9.VI.1957

Br. Adelino José Ribeiro (Porto)
Pr. Dr. Orlando Augusto Lopes (Lisboa)
(Abertura Sorteadas/2 lances)

1. 11-15, 23-20; 2. 6-11, 20-16; 3. 10-14, 28-23; 4. 2-6, 23-20; 5. 15-19, 22-15; 6. 12-19, 21-18; 7. 14-21, 25-18; 8. 5-10, 20-15; 9. 11-20, 24-15; 10. 10-13, 32-28; 11. 13-22, 27-18; 12. 6-10, 16-12; 13. 7-16, 15-11; 14. 10-13, 18-14; 15. 1-5, 11-6; 16. 3-10, 14-11; 17. 1-14, 11-6; 18. 5-10, 26-22; 19. 19-26, 30-21; 20. 8-12, 28-23; 21. 12-15, 21-17; 22. 15-19, 6-2; 23. 19-28, 31-24; 24. 13-18, 17-13; 25. 10-17, 2-5; 26. 18-21, 5-32; 27. 21-25, 32-23; 28. 9-13 Empate!

(12. 6-10? Perdentel Dr. O.A.L. Br. 1-3-4-7-8-9-10-19 Pr. 15-16-18-26-28-29-30-31 Como ganharão as Pretas?)

GOLPE N.º 83

Por: Jorge Gomes Fernandes (1952?)

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 28-23; 5. 10-13, 19-14; 6. 11-18, 21-14; 7. 13-18, 22-13; 8. 9-18, 24-20; 9. 12-15, 20-11; 10. 6-15, 26-21; 11. 15-19, 23-20; 12. 19-22, 30-26? Perdentel (Br. 2-3-4-5-7-8-18-22 Pr. 14-20-21-25-26-27-29-31) J. Br. G.

SOLUÇÕES DO LXXXIII

N.º 83 (AMC): 11-14 e 17-21, 32-4 (quantidade); 21-30 = D e 30-24 ++

Jogo n.º 83: O Dr. OAL propõe: 12. 26-21; 13. 3-6, 28-23; 14. 19-28, 31-24; 15. 7-11, 16-12; 16. 11-20, 24-15; 17. 10-13, 18-14; 18. 6-10, 14-5; 19. 1-10, 15-11; 20. 8-15, 11-6; 21. 15-20, 6-2; 22. 20-24, 2-5; 23. 4-7, 5-4; 24. 24-28, 4-14; 25. 28-31, 21-17 G. Pr. Golpe n.º 83 (JGF): 13. 8-12 e 12-15, 20-11 (Se: 19-12; 7-30 ++); 15. 5-10 ++

A. de M. M.

Xadrez

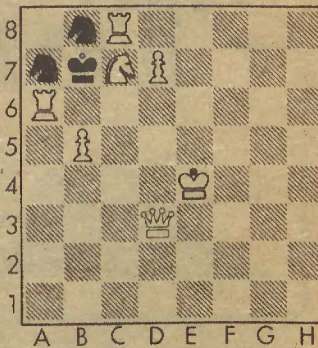
LXXXIII — 30 de Dezembro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 83

Por: D. Joffart

Prémio suplemento «Problème», 1971

Pr. (3): Cs.a7, b8-Bb7



Br. (7): Ps.b5, d7-Cg7-Ts.a6, c8-Dd3-R64

Mate em 2 lances

JOGO N.º 83

Olimpiadas de Dubai, 1986

Br. Miles

Pr. Fernandez

1. d4,Cf6; 2. c4,g6; 3. Cg3,d5; 4. Cf3,Bg7; 5. Db3,d4; 6. Dc4,0-0; 7. e4,a6; 8. Db3,c5; 9. d:c5,Cbd7; 10. Db4,Dc7; 11. Bb3,Cg4; 12. Bg5,a5; 13. Dc4,Bc3+; 14. Dc3,Cc5; 15. Bc4,b5; 16. Bd5,b4; 17. Dc2,Ba6; 18. Bc4,Cc6; 19. Bd3,Dc2; 20. Bc2,Cc5; 21. Cg5,Ta8; 22. Bb3,Cc5; 23. Rd2,h6; 24. Ch3,Td8+; 25. Rb3,Td3+; 26. Rf4,g5+; 27. R:65,Tc5+; 28. Bd5,Rg7; 29. Thd1,f6+; 30. Rb6,Tc7; 31. Bb7,T: d1; 32. T:d1,Bb7; 33. Td4,Bc8+; 34. Rd5,e5 e as brancas abandonam.

SOLUÇÃO DO N.º 83

Chave: 1. Ca8!

1. Ra8; 2. Dd5 ++

1. Ca6; 2. Tc7 ++

1. Cb6; 2. Tb6 ++

1. Cb5; 2. D:b5 ++

1. Cd7; 2. D:d7 ++

1. Cc8; 2. d8-C ++

1. Ca6; 2. ba6 ++

A. de M. M.